CARLOS D. FERNANDES

POLITICOS DO NORTE

II

AUGUSTO MONTENEGRO

EDITOR FILINTO SANTORO

GENOVA

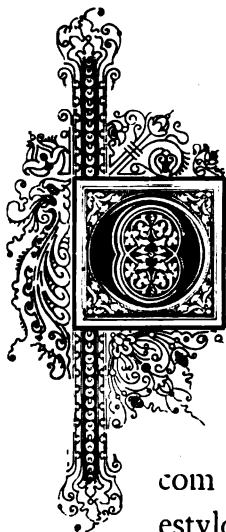
STAB. POLIGRAFICI BACIGALUPI

1906.

Na historia politica dos ultimos annos, abundam nomes de grandes homens que resistiram heroica e impunemente ao cêrco de quarenta adversarios serios, e que uma simples *boutade* de chronista inutilizou na arena, para toda a vida. As poderosas doutrinas dos pensadores, actualmente, só chegam ao amago da massa por intermedio das faceis e graciosas vulgarizações da chronica ligeira.

Pasquinadas.

Fialho d'Almeida.

PREFACIO

O *porquê* deste genero de escriptura a que me devotei ultimamente, com enthusiasmo e sinceridade, não se o busque na razão utilitaria do lucro, que isto importaria em desvirtuar a nobresa dos meus intuitos, cuja essencia abstracta não pode traduzir com perfeição a irremediavel perrice do meu estylo.

Andei perlustrando em vão as zonas multiplas das lettras, desde a versejação á polemica jornalistica, e regressei em tempo dessa infructifera jornada, descontente commigo mesmo pela esterilidade do meu ardor desperdiçado nesses tremendos prelios incruentos, que attingiram entre nós á perfeição do ridiculo.

Da fatalidade ironica de ser poeta, e não obstante a tempera humoristica da minha organização intellectual, resultou-me esse desconceito unanime em que são tidos

os archinetos de Apollo, pela sua ostensiva malandrice, resultante de certa incapacidade voluntaria para os affazeres praticos da vida, a qual esses funestos rufiões das musas propositadamente alardeam, querendo-se affirmar superiores por semelhante desdem estupido das cousas sérias.

Vem aqui illustrar a verdade amarga destes conceitos um dito espirituoso do estadista de quem me devo occupar, que possue entre outras virtudes a bizarrissima originalidade de não ter jamais perpetrado um hemistychio, nem mesmo na phase fogosa e irresponsavel da juventude. O Dr. Montenegro visitava as obras de reconstrucção do theatro da Paz.

Eu com outros o acompanhavamos. S. Ex. ministrava aos seus convidados informações technicas sobre os materiaes, ornamentos e remodelações que se estavam praticando. Entre duas caryatides de marmore branco, immoveis nos seus caixões como em dous feretros, jaziam os bustos candidos de José de Alencar e Gonçalves Dias, destinados a ornamentar o vestibulo. Eu quiz então fazer *humour*, e disse sarcasticamente ao Governador: ainda bem que se prestam os poetas para alguma cousa util. — Quando são de pedra, redarguiu-me S. Ex., no ton sêcco e imperioso da sua voz.

Aqui está no conceito humoristico de um estadista superior pela sensatez dos seus actos e cultura do seu espirito a expressão mathematica do valor de um poeta, esses parasitas inuteis que, quando urdem as rimas de um soneto, roubam à collectividade um dia de trabalho, como observa o douto Spencer, e que são além de tudo illogicos e absurdos, como conclue o immenso Tolstoi na sua *gauche* concepção da Arte.

Abençoados os dias que tu roubaste, o' divino Shaspeare, à collectividade spleenetica da tua patria; o' maravilhoso Camões, os teus dias roubados na confecção dos *Lusiadas* serão seculos de immortalidade com que Lusitania, o teu berço, se affirmarà na face da terra, de onde se varrem os thronos mas em que perduram eternos na sua perfeição os versos sacros do *Ramayana* e as estrophes epicas da *Illiada*.

Entretanto não deixo de encontrar certa razão no criterio desses philosophos, a cuja magnitude não quero oppor ousadamente a insipida argumentação da minha replica. *Jesu autem tacebat,* no dizer sibyllinico de S. Matheus, o ponderado Guisot dos tempos biblicos.

Mas, recomecemos a minha exposição de motivos. Rechaçado da imprensa diaria, por mingoa desse bom senso conselheiro, que constitue a expressão intellectual dos jornalistas criteriosos, muito amigo da verdade e sentindo por ella essa fascinação historica, que desabrochou numa santa heresia aos principios de Platão nos labios virgens do peripathetico Aristoteles, e assim incompatibilisado espiritualmente para os meandros do jornalismo, tratei de rumar as minhas curtas aptidões litterarias para um campo menos arido, onde pudesse manejar o ancinho e a relha com a liberdade feliz de um camponio, no recanto arboral da sua aldêa.

Como o triste Orpheu regressara do inferno, trazendo a sua lyra emudecida sobre o coração em tumulto, onde se esbatia melancholicamente o chorado perfil da captiva Eurydice, eu tambem recolhera-me triste às ruinas do meu sonho, sustendo grotescamente o meu stradivario

ronfenho de bardo romantico e sentindo nos olhos marejados esvair-se com lentidão amarga a entrevista e perfida miragem da gloria.

Que me restava pois de facil e consentaneo com os ardores intrepidos da minha indole intellectual, inutil e inviavel nos meios proprios em que eu a quiz desdobrar?

— A applicação cuidadosa a um genero litterario, que me absorvesse a actividade sem me excluir a independencia, unico ambiente propicio á gestação das ideas. Preoccupou-me tambem a utilidade do meu trabalho, por esse fundo de altruismo talvez inconsciente em que se acryzolam as acções intellectuaes dos escriptores.

Não me servia o convivio das musas nem tão pouco me aprazium as guerrilhas futeis do jornalismo diario.

Palmilhar grosseiramente a zona vedada da litteratura didactica, que envolve na sua apparente simplicidade a complexidade mais seria, nunca me assaltou o animo vacillante, porque sempre tive junto a mim as imagens austeras de Huxley e de Spencer, lividamente abysmados no fundo negro desse problema cruel. Fazer historia? Mas como estudar geographia, para saber o territorio dos povos, quando ja se não tem memoria para guardar a configuração dos mappas e quando mais do que tudo isto nos seduz, nos empolga e nos fascina a simples psychologia de um ser?

Faltava-me ainda esse milagroso engenho dos romancistas e novellistas. O dialogo theatral, o calculo dos effeitos scenicos são mysterios inexplicaveis para o meu parco intendemento da pericia de Molière.

Ja não fallamos de mestre Ibsen, que é verdadeira-

mente imprevisto nas conclusões do seu drama a que num hybridismo sublime a tragedia se mixtura.

Voltei-me, pois, convicto da minha inepcia e inviabilidade experimentada, para o lado talvez mediocre da monographia.

Nesse terreno tudo se ajusta aos meus futilissimos processos de analyse, desde a unidade do thema ás illações psychologicas e moraes.

Estudei mesmo com certo interesse a litteratura especifica desta materia. Percebi entrementes a grandesa de Cornelio e a notoriedade de Tacito, esses dois archivos perpetuos dos caracteres romanos.

Achei-me então num mundo ignoto, povoado de sombras e vivi intensamente no meu espirito os costumes singulares dessas idades transactas. Mergulhei com Xenophonte no fundo pelago das lendas gregas e assisti na doce companhia de Tito Livio ao Rapto das Sabinas, sob o commando astuto de Romulo, enquanto os maridos ultrajados iam contar ao rei Tatius o espolio opprobioso, duramente soffrido nos festejos Consualios.

Na representação subjectiva desses dramas sublimes e pittorescos, os monographos appareceram-me como testimunhas illuminadas desse final julgamento das acções humanas, a historia, a existencia ininterrupta dos povos atravez do espaço e do tempo.

Olhei retrospectivamente os horisontes da minha patria e encontrei a sua historia mesclada ás glorias de Portugal. Dos raros antepassados patricios, que se fizeram illustres ja tudo se dissera. Voltei-me, pois, para os homens contemporaneos, pensei na possivel utilidade postera

dos meus escriptos e seguindo o exemplo de Dannunzio, arvorei-me em monographo, na sincera convicção de prestar assim ao monumento das lettras os melhores serviços que estão no alcance da minha rachitica mentalidade.

O presente volume é o segundo no genero que emprehendi. A boa acceitação do primeiro autoriza-me esta reincidencia venial nesse delicto, que não tem outra gravidade senão a de depreciar por minha falta de estro o assumpto escolhido.

DA INFANCIA À JUVENTUDE

Assim como os principes pelas prerogativas da realeza ja nascem aureolados de prestigio e entram na vida por caminhos alcatifados de respeitosa veneração, para se habituarem desde muito cedo á soberania heriditaria, tambem os infantes ricos das familias illustres veem ao mundo entre pompas e festas, como compete aos venturosos, ante cuja retina predestinada nunca desfilou o cortejo triste das negras necessidades da existencia.

Seria uma cousa ironica, se não fôra uma condição existencial do genero humano, o vagido dessas creanças na hora faustosa do nascimento, que marca no canhenho paterno um claro dia de jubilosas reminiscencias.

Ah! se não fôra a relatividade imponderavel dos proprios destinos que estabelece uma justa proporção entre os gosos e soffrimentos de cada homem, esses rosados pimpolhos seriam na terra os successores de Achiles, sem o artelho vulneravel por onde Thetis o segurou ao mergulhal-o nas aguas magicas do Styge.

Nesta ficção tão formosa e ja sediça foi moral e philosophico o symbolismo dos gregos.

Achiles, o guerreiro invencivel, que se nutria na juventude com a medula dos leões, morre imprevistamente ferido no seu calcanhar humano por uma frecha inimiga, ductilisada num funesto momento pelo dedo maligno do seu proprio destino.

Consolae-vos, pois, desherdados da sorte, porque o Redemptor do mundo nasceu num estabulo e sendo divino feneceu na cruz como o guerreiro Achiles morreu na batalha.

Todos temos que gravitar entre esses marcos fataes da vida e da morte, sendo que uns o fazem cobertos de purpura e outros enrodilhados de trapos, mas nem astes nem aquella conseguem amaciar as asperas arestas do Calvario da vida.

Em todo o caso, os bens da fortuna sempre são gratos e aprazíveis e cercam a existencia de um dulcissimo conforto, que nos faz de alguma forma esquecer a tristeza da nossa aparente finalidade.

Desde a primitiva constituição social donde provém a sociedade moderna, a magnitude proprietaria influiu poderosamente no prestigio do homem. E nascer pobre nesses remotos tempos se não era motivo de vilta constituia pelo menos um serio embaraço para a conquista, quando não compellia a uma subalternidade humilliante.

Nascer de paes eminentes pelo renome illustre e pela solidez economica é já uma predestinação invejavel e um elemento de triumpho nessa concorrencia universal da *rage de vivre*, em que tantos heroismos se empenham em vão sem entreverem jamais o diluculo da victoria.

Augusto Montenegro veiu ao mundo sob esses invejados auspicios, aqui, nesta cidade de Belém, em a noite de

26 de Junho de 1867. Seus paes eram ricos e as relações da familia punham num alto relevo o seu intrinseco prestigio. Por uma notavel coincidencia, Antonio Lemos, que é hoje o seu grande amigo politico, tomou-o nos braços algumas horas depois de nascido.

Iniciaram-se, portanto, no berço do actual Governador do Pará as suas relações de amisade com o preclaro chefe do Partido Republicano e explica-se por isso, talvez, o reciproco affecto com que ambos se estimam atravez todas as vicissitudes tumultuarias da vida politica.

Desbrochando desde a sua primiera infancia numa estufa de carinhos e cuidados solicitos, Augusto Montenegro de uma rara precocidade intellectual, aos oito annos de idade, ja tinha concluido o seu curso primario no Seminario menor desta capital.

Em 1875, partiu Augusto para o Recife, onde se internou no Collegio Dous de Dezembro, dirigido pelo Dr. Raymundo Honorio da Silva, que muito contribuiu com os seus processos docentes para o desenvolvimento immediato dessa intelligencia irrequieta, manifestada com a maxima pujança na prompta absorpção das materias ensinadas.

Quatro annos depois, regressava Augusto Montenegro ao seu torrão patrio ja com a sua trajectoria intellectual definitivamente traçada por essa intuição lucida que teem de si mesmos os grandes homens.

Temol-o pois aos douze annos em Belém entregue aos cuidados pedagogicos do Padre Eutychio, um latinista, o Barão de Paumgartten, um germanista, o Capitão Hermenegildo Carlos e Tribussi, um mathematicò. Paumgarten

trazia na sua indole teutonica essa tempera esthetica dos intellectuaes de raça: era um consummado dezenhista e transmittiu a Augusto Montenegro essa arte maravilhosa da representação linear das cousas, que tão poderosamente contribue para a facilidade de comprehensão e o que mais é para o auxilio da memoria

Recebendo o influxo de taes preceptores, o talento de Montenegro não soffreu os desvios consuetudinarios, que experimentam as creanças brasileiras, peccaminosamente confiadas a uma certa classe maligna de professores primarios, que se escudam no adjectivo que os qualifica para serem de uma ignorancia vil com permissão e estipendio dos poderes publicos. Reside na manutenção official dessa classe funesta o motivo primordio da ignorancia nacional, e sobretudo desses defeitos intellectuaes nos proprios talentos que se emancipam da rotina, sem se desmacularem jamais dos vestigios pulhas da aula primaria, rebaixada entre nós a mais ignara hediondez: o *Cathecismo,* a *Taboada* e um qualquer desses torpissimos compendios de leitura que anemisam a enfibratura intellectual do paiz.

Augusto Montenegro não se embebeu dessas futilidades, tediosas que matam a alegria da puericia; dessas noções vasias que atormentam o cerebro infantil, avido de curiosidade e sequioso de saber, por essa necessidade hereditaria que tem o homem de accumular experiencia para melhor se defender dos seus similhantes.

Assim foi que aos trese annos, depois de se ter applicado ao estudo do dezenho, das lingoas e das mathematicas, com notavel aproveitamento, o pequeno estudante completara o seu curso de humanidades, encontrando-se apto para fre-

quentar os estabelicimentos de ensino superior, se não fôra a mingoa da idade legal que lhe retardou por mais tres annos a sequencia do tirocinio.

Temeroso desse dispendio do tempo irreparavel, que foge enquanto se falla, na sentença de Horacio, Augusto Montenegro endereçou á Assemblea geral um requerimento pedindo licença para se matricular com dispensa de idade, e enquanto o seu papel corria os tramites, cursou como ouvinte, sendo o mais novo dos alumnos, a Faculdade de direito do Recife.

Ainda menor de quinze annos, em 1882, foi admettido á matricula e terminou o seu curso sem interrupção aos vinte annos incompletos, naquelles gravissimos tempos do direito canonico, conquistando ainda tres distincções que significavam qualquer cousa nessa epoca ferrenha da academia pernambucana.

Ainda como estudante, estreiou-se com successo no tribunal do jury, aproveitando assim para ensaios profissionaes o doce tempo da ferias.

Diplomado em sciencias juridicas e sociaes, regressou para o seu estado natal em 1887, entrando na vida publica sob os melhores auspicios e como advogado. Acceitando o patrocinio de diversas causas, o jovem bacharel confirmou na tribuna forense os seus trimphos anteriores, ampliando a notoriedade do seu nome pela erudição e proficiencia que demonstrava no contexto dos seus discursos.

A convivencia com Joaquim José de Assis, seu tio, e Antonio Lemos, ambos jornalistas, attrahiu naturalmente o espirito de Augusto Montenegro para o campo das lettras.

A sua segurança bem dirigida no curso de preparatorios não lhe serviu apenas para facilitar o tirocinio academico mas o induziu naturalmente a essa grande vantagem da expressão graphica, que constitue a affirmação mais perfeita da intelligencia culta.

Ja affeito na juventude ao estudo meditado das questões sociaes, conhecendo sufficientemente a lingua para a manobrar com dextreza na desenvoltura plastica da phrase e sobretudo cedendo á influencia mesologica, Augusto Montenegro ja se estreiou sem vacillações na vida jornalistica e disso dão testimunho as collecções da *A Provincia,* do *O Pará,* do *O Jornal* e do *Noticias* do Rio de Janeiro.

Como jornalista, a sua feição é perfeitamente doutrinaria, a forma escorreita e o vocabulario selecto. Isso advem-lhe da sua capacidade estadistica, em que se concentram todas as forças creadoras do seu talento. Basta que se leia qualquer das suas mensagens para que resalte á vista a verdade flagrante deste conceito critico. Notadamente o terceiro desses documentos publicos, apresentado ao Congresso em 7 de Setembro de 1904, que é um modêlo de vernaculidade, trabalhado com o methodo de um grande escriptor, limado com paciencia de artista e todo elle concebido num ambito superior de ideas proprias.

Embora tenha cultivado a chronica e a polemica com notavel successo, o que se encontra documentado n'a *A Provincia do Pará,* falta a Augusto Montenegro essa desarticulação phraseologica do polemista e esse desdobramento esmaltado do chronista, que deve ser erudito, airoso e sardonico, para que a sua escriptura impressione pela es-

sencia, empolgue pela expressão e desoppile o leitor indifferente pela graça scintillante da sua verve.

Para a polemica são ainda mais graves os requisitos. Não basta argumentar e possuir a verdade. É mester antes de tudo a prompta concepção dos conceitos antithesicos, para talhar nesse hybrido amalga, sem fendas ou frinchas, o corpo inteiriço do argumento.

Agora é a pericia do phrasear, para envolver o contendor na rêde perfida da dialectica e o deixar aturdido sob a fina saraiva dos epithetos.

Depois vem o *humour* insinuante e mortal, como uma faisca rutila, que incendeia o ridiculo, produzindo essa crepitante fogueira de chammas lanceoladas, onde o vencido se extorce, grotescamente illuminado pelo funesto clarão.

Montenegro não tem esses predicados que se não ajustam com a austeridade ponderosa do seu caracter. O successo dos seus escriptos em tal especie só se pode attribuir á opportunidade que os inspirou, á razão que os assistiu e ainda mais á sinceridade do jornalista, bastantemente integro para não desposar causas suspeitas.

Se lhe fallecem porém essas duas modalidades da expressão litteraria, sobra-lhe a capacidade intrinseca de expositor perfeito, que sabe trazer a tempo a erudição precisa, sem destoar da sua ordem de ideas, tudo isso enquadrado numa lingoagem sonora e simples, por onde a attenção do leitor desliza insensivelmente, attrahida de onde em onde pelo fulgor das imagens.

Tal é o jornalista que fez n'a *A Provincia* a sua aprendizagem, em 1886, sob a direcção carinhosa de Antonio Lemos, o patriarcha dos escribas amazonicos, que ainda

possue como reliquia, nos archivos do seu jornal, a mesa carunchosa em que o actual Governador do Pará emendou as primeiras *provas*, no tirocinio mortifero da revisão.

Depois desses labores tão apraziveis para os iniciados da imprensa, essa Dalilla insaciavel que nos absorve a seiva do espirito, cantando gloriosamente as syllabas do nosso nome, para que não sintamos a tyrania suave dos seus amplexos exhaustivos, Augusto Montenegro foi nomeado juiz municipal do termo da Estrella, no Rio Grande do Sul. A magistratura certamente não lhe sorriu com as suas normas immutaveis e o seu poento turbilhão d'autos, rolando preguiçosamente do cartorio dos escrivães para o seio conspicuo do tribunaes.

Assim foi que o tivemos de volta ao Pará no mesmo anno de 1888, sendo então nomeado promotor publico da capital.

No Rio Grande do Sul deixou firmada a sua reputação de juiz integro, rijamente imparcial na destribuição da justiça, como aquelle severissimo Tito Claudio dos tumultuosos tempos de Claudiano, em Roma.

Sem duvida aquella paisagem uniforme dos pampas e o mordente silvo dos pampeiros não impressionaram agradavelmente o moreno filho do equador, affeito á magestade arboral e á magnitude pothamica das suas plagas.

Veiu de lá macambuzio e doente e a tal ponto se aggravou a sua enfermidade que uma prescripção medica o obrigou a uma viagem a Europa, onde ja estivera em 1884, durante as ferias do 2.º para o 3.º anno do curso academico, percorrendo por essa occasião parte da França e da Italia.

AUGUSTO MONTENEGRO
AOS 8 ANNOS D'IDADE

Isso deu-se em 1880. Proclamada a Republica e inaugurado o novo regimen, Augusto Montenegro regressou a sua patria, sendo juiz substituto em Belém, cargo para que fôra nomeado nos ultimos tempos da monarchia e pelo qual optou, exonerando-se do de promotor effectivo.

Em vista dos seus optimos precedentes e tendo em conta as suas aptidões demonstradas, nomeou-o o governo provisorio secretario da legação brasileira na Suissa, de onde foi mais tarde transferido para a França. Com tal distincção se portou Augusto Montenegro nesse honroso posto, cuja esphera tão dilatada lhe permittiu o desdobramento mais amplo do seus talentos, que o eleitorado paraense o sorprehendeu no estrangeiro, em 1892, escolhendo-o para seu representante no congresso federal.

No mesmo anno, o diplomata legislador, que se não inclinava manifestamente á politica de Floriano Peixoto, o imprevisto Marechal que se postou de subito na vanguarda da Patria, commettendo esses desatinos heroicos, que immortalizaram o seu nome, foi removido para a legação brasileira em Londres, onde o deveria vulnerar o traiçoeiro golpe de uma demissão rancorosa, que por isso mesmo o não desvirtua.

Quem conheceu de perto o caracter violento de Floriano, capaz de odios e affectos subitos e ainda mais o seu temperamento impulsivo a que emprestara a educação militar um auctoritarismo sêcco e brutal, sahindo-lhe da bôcca polpuda e nervosa em palavras breves a que imprimia o seu duro olhar um accento *sui generis* de energia terrivel, bem pode aferir a maldade calculada dessa injusta demissão.

E tanto moveram o Marechal de ferro odientos intuitos, resultantes do melindre da sua immensa vaidade, propria e complementar da sua indole voluntariosa, a que uma estrella benigna sempre assistiu mesmo nos transes absurdos da sua ousadia, que uma ordem de prisão contra Augusto Montenegro, então de viagem para Pernambuco, veiu plenamente confirmar a animosidade ostensiva do presidente da Republica contra a pessoa do diplomata suspeito.

Sendo bem relacionado no mundo politico, entre cujos proceres ainda conta as sua melhores amizades, o representante do Pará poude escapar em tempo á perseguição que lhe moviam, não chegando mesmo a ser detido, conforme era o designio presidencial.

Augusto Montenegro contava então 25 annos de edade. Era por tanto em plena florescencia da juventude e ja tantas e tão graves cousas se haviam passado nesse curto praso de vida, como que prenunciando as futuras, que o deveriam levar á notoriedade hoje attingida.

Não o conheci nessa epoca porque me achava então afastado do Rio de Janeiro, prestando á Republica os meus serviços militares em campanha de guerra; mas, das pessoas que com elle privaram sei que sempre foi austero de modos, grave de costumes, firme de caracter e moderado de expansões. Em summa, o estadista de agora com mais juventude e menos experiencia dos homens, o que hoje grandemente possue, como é facil de concluir do seu systematico retrahimento e secura de trato.

Vi-o pela primiera vez, uma tarde, na redacção da *Imprensa,* de Ruy Barbosa, em cujo gremio illustre eu era

admittido, como profissional, por essa tolerancia dos homens de genio pelas cousas insignificantes. Augusto Montenegro fôra reclamar a Joaquim Pereira Teixeira, esse carissimo irmão adoptivo da minh'alma, a publicação quasi diaria do seu nome entre os das outras pessoas que procuravam para conferenciar, no Catette, o Presidente da Republica.

Era eu quem dava lugar a essa queixa talvez rasoavel porque me incumbia a reportagem politica do famoso jornal. Teixeira, o secretario, não querendo melindrar o meu criterio de jornalista, apresentou-me ao Dr. Montenegro, deputado pelo Pará.

S. Ex. olhou-me com um vago rancor, acenou-me de leve com a cabeça e afastou-se grave e digno, abotoado num fraque azul marinho, a que a sua compleição athletica emprestava uma sobria elegancia britanica.

Que typo, disse eu commigo, e mergulhei de novo no tumulto dos meus affazeres.

No dia seguinte, fui renovar o meu dever tedioso, na bibliotheca do Palacio do Catette, o recinto dos jornalistas, onde eu esperava a benevolencia do Dr. Thomaz Cochran e dos ministros, abysmado nas bellesas philosophicas de um volume de Spencer.

Eis que se abre a porta e apparece o Dr. Montenegro. Saudou-me com severa sympathia, eu o achei logico na sua irradiação comedida e lhe expungi immediatamente o nome já rabiscado da odiosa lista, que se destinava ao meu jornal. Ficamos assim em boa paz sem nunca termos privado.

Decorreram os tempos e eu vim atirado na onda do meu destino visitar estas regiões amazonicas, que se me afiguravam de longe ainda mais fabulosas do que são, pela

indole benevola do seu povo e inegualavel portento da natureza.

Fixei-me por cá. Abriu-me Antonio Lemos os thesouros da sua generosidade, fez-me phalangiario da *A Provincia*, posto em que me hei de manter até a morte, e por uma singularissima coincedencia competiram-me os primeiros artigos sobre a candidatura de Augusto Montenegro ao governo do Estado, em sucessão ao Dr. Paes de Carvalho, candidatura essa que determinou o rompimento do directorio do Partido Republicano com o Dr. Justo Chermont.

Deixo de me alongar neste assumpto porque ja o tratei em synthese documentada na *Monographia de Antonio Lemos*, personagem inseparavel de toda a historia do governo do Dr. Augusto Montenegro.

Tendo sido fechada *A Provincia do Pará* por motivos que ja foram publicamente expostos pelo seu illustre redactor-chefe, fundei aqui no Pará, em companhia de Elyseu Cezar, um transitorio *Jornal do Commercio,* que foi a Rosa de Malherbe dessa imprensa amazonica.

No dia da posse do governador, procurei-o para informar aos meus leitores, que eram os *habitués* da *A Provincia,* a proposito das novas medidas que seriam adoptadas no inicio da administração.

S. Ex. attendeu-me com benignidade, eu escrevi sobre essa intrevista uma cousa interminavel, que não chegou á ser estampada, porque no dia seguinte deliberei fechar o meu orgão, num subito momento de colera, consequente de um canalhismo porco, que fizaram commigo uns certos capitalistas *manqués,* dos quaes fui por quasi dois mezes um instrumento idiota.

Entre os louros ja murchos do meu pobre *Jornal do Commercio,* guardo com enternecido carinho a sua dedicação tacita ao Partido Republicano, o que o tornou inviavel e a honra que mereceu da collaboração graphica do preclaro estadista Dr. Paes de Carvalho.

Foi essa a segunda vez que tive occasião de tratar com o cavalheiro excentrico de quem me occupo no presente trabalho.

Não sei se elle me tinha em bom ou mau conceito nesses passados tempos de maior insubmissão do meu espirito. De então para cá tenho mais de perto privado com S. Ex., e conhecendo a linha recta do seu caracter, que se não dobra á conveniencia alguma, orgulho-me de merecer um lugar humilimo na sua estima, o que muito me desvanece, não só porque parte de tão alto mas tambem porque se trata de um homem de rigidos costumes, que até os seus proprios gestos acrysola no mais extremado escrupulo. Já se vê portanto, que o seu conceito favoravel sobre alguem resulta dessa observação reflectida, que determina o criterio. Estabelecida e justificada essa corrente de sympathia, releve-me o acclamado estadista os erros de observação que ao certo commetterei no decurso deste livro, um fructo temporão desta minha pertinaz intelligencia, que quanto mais entra na gravidade dos annos tanto mais se puerilisa na consummação dos defeitos.

Ajusta-se ao final deste capitulo a documentação da individualidade jornalistica que levemente esbocei, já com o intuito preconcebido de illustrar as minhas razões com um escripto authentico de Augusto Montenegro.

O trabalho que se vae ler pertence ainda ao ciclo da sua juventude, poisque foi executado em 1893, quando contava Augusto Montenegro 26 annos apenas. É uma especie de balanço politico, feito com superior elevação de vistas pelo escriptor ainda novel, em cuja indole já se manifesta o estadista contemporaneo, preoccupando-se gravemente com a solução dos problemas politicos.

Embora esse artigo publicado anonymamente revista a forma transitoria dos escriptos para jornal e porque em obras taes, que não envolvem a responsabilidade do auctor, é justamente que mais se revela a sua sinceridade, Augusto Montenegro retrata-se de um modo inilludivel na concisão clara das ideas que expressa, que prefere e que defende, deixando campear a sua observação juvenil no diluculo evocativo de 1893.

Nós, que conhecemos fundamentalmente os processos intellectuaes de muitos escriptores brasileiros da actualidade, podemos affirmar sem hesitação que nenhum d'elles, com excepção de Ruy Barbosa, Alcino Guanabara, Euclydes da Cumha e Affonso Arinos, jamais attingiu em plena juventude a essa propriedade de expressão, segurança lexica e unidade de estylo, que se me deparam neste artigo magistral de Augusto Montenegro, em quem sobejam todos as faculdades proprias de um legitimo escriptor.

Accresce ainda, recommendando-lhe os seus talentos, nessa nobre esphera da actividade mental, a sua erudição em materia juridica, tão necessaria á urdidura de certos escriptos.

A sua imaginação não tem altos surtos para corresponder ao desemvolvimento consideravel da fria e discipli-

nada razão. Isto imprime aos seus trabalhos uma excentrica feição original, qual seja a de os contexturar somente de conceitos e rarissimas imagens. Assim tambem escreveram Spencer, Schopenhauer e Buchner, e não sei de alguem que lhes impugne por isso a magnifica auctoridade nem tão pouco a celebrada formosura dos seus edificios philosophicos.

O que ainda resalta desse artigo de Augusto Montenegro, justificando plenamente a sua orientação politica, é a profissão de fé liberalista, que claramente se deduz dos argumentos expendidos. Converteu-se, por tanto, este escripto talvez ja esquecido num documento irrefragavel do estadista de agora.

*
* *

« **1893** — Presenceamos hoje a alvorada do anno de 1894.

Com ella surgem novas esperanças, nascem novos receios e temores. A intelligencia procura prescrutar anciosamente os arcanos do futuro, mas, ao mesmo tempo, faz o balanço do passado, enumera todas as desgraças e miserias atravessadas, conta as difficuldades vencidas e retempera o animo, para as luctas que o porvir reserva no seu seio.

No infinito, a terra segue a rota que lhe traçaram as leis immutaveis da natureza, e sobre ella, a humanidade resolve quotidianamente o problema da vida.

O que é ella hoje? De onde veio? Para onde vae? Do choque das diversas raças, em que ella está dividida, que resultados beneficos poderá colher afinal? O mal-estar que ella soffre actualmente é um phenomeno permanente,

ou, pelo contrario, é uma d' estas molestias para as quaes o tempo traz remedio infallivel?

Lancemos um golpe de vista rapido sobre o mundo e digamos, em breves conceitos, o que foi este anno de 1893, que penetra os humbraes da historia, tendo falhado a todas ou quasi todas as promessas com que foi acolhido.

*
* *

Este fim de seculo XIX assemelha-se extraordinariamente ao fim do seculo passado. O mesmo estado morbido nas massas, o mesmo desejo inconsciente de *outra coisa* nas classes menos favorecidas, a mesma inquietação e os mesmos receios nas camadas superiores da sociedade. Todos esperam acontecimentos, que produzam profundas transformações sociaes, uns com a manifesta esperança de melhorar de sorte, outros com o secreto temor de serem obrigados á cessão das vantagens que disfructam com a desegual distribuição do poder e da riqueza.

Como no fim do seculo passado, o mundo está dividido em dois grandes campos: em um domina o espirito reformador, ou, antes, o espirito revolucionario; em outro, o conservatorismo, que quer tudo guardar sem nada modificar.

Já estamos contemplando as pequenas escaramuças, precursoras da grande batalha, e talvez o seculo XX veja completamente modificada a constituição social e politica da humanidade pela victoria da revolução social.

No entretanto, só n'isto consistem as semelhanças entre o estado actual da humanidade e o do seculo passado.

As duas revoluções variam summamente pelos ideaes que procuram attingir.

Quando o povo de Paris, dirigido physicamente pela fome e moralmente pela acção reflexa dos philosophos da Encyclopedia, arrazou as muralhas da Bastilha, em que elle symbolizava a tyrannia, era um idéal de liberdade politica e de egualdade civil que procurava realizar.

Tudo o que lhe era contrario foi supprimido.

O poder real foi guilhotinado na pessôa de Luis XVI; a aristocracia perdeu todos os seus privilegios e regalias; a egualdade perante a lei foi proclamada; a partilha egual serviu de base ao direito civil sobre successões; a soberania popular foi o alicerce de toda a organização politica; o suffragio universal investiu o povo do poder de fazer as leis e o jury do poder de applical-as; a liberdade do trabalho e a concorrencia foram consideradas os principios reguladores da economia social e as corporações de officios foram abolidas.

Todas as barreiras foram abatidas como por encanto, e o mais vasto horisonte abriu-se a todas as ambições.

A humanidade parecia ter, com a destruição do mundo feudal, encontrado os principios sobre os quaes podesse assentar com calma a nova organização politica.

Era de esperar que ella reentrasse na tranquillidade para gosar das conquistas feitas a custa de muita energia e de muitas luctas. Illusão!

A tranquillidade foi ephemera; os novos principios traziam os germens de uma nova revolução. O systema

feudal, prendendo o homem em um circulo de ferro, que elle não podia transpôr, determinando-lhe ao nascer a estrada que fatalmente tinha de percorrer durante a vida, trancava-lhe a imaginação e tornava-o pouco perigoso. O systema moderno, ensinando-lhe que tudo póde no mundo ser conquistado pela energia, esforço e audacia, supprimindo as desegualdades provenientes da lei, introduzindo a descrença nos dogmas religiosos, abriu-lhe a imaginação e o converteu em um revoltado contra as leis economicas, de que resultam as desegualdades de condições, que o chocam e que lhe excitam os sentimentos sordidos de inveja e de cobiça.

A humanidade é o eterno Ashaverus, a correr em procura da felicidade.

Não a tendo alcançado com a revolução politica que encheu de gloria os ultimos annos do seculo passado, ella busca-a hoje em uma revolução social, que tende a abalar e supprimir as duas grandes instituições da sociedade moderna: a propriedade e a familia.

Esta revolução que pretende constituir uma sociedade idéal sobre as ruinas da actual, tomou o nome scientifico de socialismo.

O socialismo, em todas as suas *nuances* é o fautor da desorganização, cujos primeiros symptomas presenceamos n'este momento, entre os povos civilizados.

É o socialismo que ataca a concepção quiritaria da própriedade, quando préga a nacionalização do solo, a cummunhão dos instrumentos de trabalho, a abolição do interesse, a suppressão do direito de testar, a transmissão hereditaria dos bens, emfim a inversão de todas as leis

economicas, que regulam as relações do capital com o trabalho.

É ainda o socialismo que ataca a constituição da familia, pedindo o divorcio, proclamando a egualdade dos dois sexos e inscrevendo nos seus programmas a obrigação para o Estado de educar os filhos, extinguindo assim o poder paternal.

Os resultados da lucta não são difficeis de prever; o socialismo vencerá nos seus principios geraes, mas vencerá para fazer falhar os calculos dos que d'elle esperam a felicidade universal.

De novo desilludida, a humanidade proseguirá, atravez os seculos futuros, a caça infrene ao idéal, que lhe fugirá sempre e sempre.

*
* *

Um rapido golpe de vista provar-nos-ha á saciedade a existencia da crise social que transpõe actualmente a humanidade civilizada.

A Europa, a poderosa e rica Europa debate-se em meio de difficuldades politicas e financeiras, deante das quaes as nossas são sem importancia.

A fatalidade dos acontecimentos induz-la a manter uma força militar que a historia ainda não registrou egual.

Dez milhões de homens estão promptos a se destruir mutuamente, e o espirito publico vive continuamente alarmado pela probabilidade da proxima guerra. Os armamentos accumulam-se, os canhões alinham-se, as munições armazenam-se e, a um simples signal, oriundo da imprudencia

ou inepcia de qualquer governante, a ordem de mobilização será transmittida a todos os cantos da Europa e a guerra começará com todos os seus horrores.

Fracos para luctarem contando com seus unicos recursos, procuram nas allianças hybridas o augmento de elementos de successo.

O germano das margens do Elba abraça-se sem pudor ao latino das margens do Tibre, e o francez extende a mão, a despeito das antipathias de raça, ao poderoso slavo do Neva.

Juntam-se a isto as difficuldades financeiras e economicas.

Portugal debate-se em um bêcco sem sahida; soffre das consequencias da ambição e dos erros dos que o têm governado.

Depauperado e exhausto, está elle vivendo de expedientes: pobre e arruinado, vê a sua propria independencia em perigo, ameaçado como se acha de ser incorporado á Hispanha, incorporação contra a qual protesta um passado cheio de grandezas e de glorias.

A Hispanha, terra que abriga um povo em cujas veias corre um sangue generoso e viril, lá se debate no cahos da divida, e o seu organismo acha-se minado pelo anarchismo que pretende destruir a sociedade pela dynamite, e pelo Carlismo, que deseja fazer triumphar os principios obsoletos da monarchia de direito divino.

A Italia, a nascida de hontem, o resultado da gestação dolorosa de muitos seculos, atira-se ao abysmo, pela vaidade de ser considerada grande potencia. Talvez que, no fim da

AUGUSTO MONTENEGRO

AOS 13 ANNOS D'IDADE

estrada que ella com tão céga energia percorre, só encontre a bancarota e a miseria.

Na Austria resolve-se o problema politico mais complicado que se tem apresentado ás cogitações dos estadistas: a vida em commum sob o mesmo governo, de raças e povos diversos, que se repugnam e cujos interesses oppostos entram em conflicto quasi que diariamente. Não está longe talvez o dia em que se reconheça que slavos, allemães e magyares não pódem viver como irmãos.

A Allemanha, a potencia militar por excellencia, fructo dos triumphos das armas prussianas, entregue aos desvarios de um principe irrequieto e trefego, vê no socialismo pacato mas firme de Bebel e Liebknecht a força que em futuro não muito remoto a ha de transformar.

A França espera com fé o momento da *revanche,* que restitua ao seu seio as duas provincias, que lhe foram arrancadas pela inimiga de sua raça e de sua gloria.

Na Inglaterra realiza-se a revolução pacifica mais admiravel que nos apresenta a historia. O Reino Unido faz esforços para se converter em uma federação colossal da mãe patria com suas colonias. Gladstone, o velho e experiente estadista, dirige com prudencia e energia o povo ao qual pertence o primeiro logar n'este fim de seculo, e ao mesmo tempo que modifica profundamente os principios em que assenta o imperio britanico, ataca com energia o principio absoluto da propriedade, representado pelo *landlordismo* irlandez.

Passando da Europa para a America, o mesmo estado critico se encontra nas diversas nações que a compoem.

Os Estados-Unidos do Norte parece fazerem uma

execepção brilhante ao quadro que vimos de traçar: a prosperidade e a liberdade são o apanagio maravilhoso da soberba nação; no entretanto, a lucta do livre cambio com o proteccionismo escolheu o solo do Yankee para campo de batalha e não deixa de causar inquietação aos seus estadistas a solução d'esta e de outras questões economicas, como a do bimetalismo.

Na America do Sul, o Chili cura-se das graves feridas que a guerra civil produziu em seu amago, e a Republica Argentina, no meio de revoluções constantes, ainda não poude conciliar de um modo estavel a ordem com a liberdade.

* * *

O Brasil segue o exemplo de suas irmãs da America do Sul. Ha quatro annos que vivemos em pleno periodo revolucionario. O laço da disciplina relaxou-se e em vão temos procurado reentrar na calma e na paz.

O brasileiro deixou de merecer a reputação de pacifico, que uma experiencia de longos annos o tinha feito adquirir.

Destruidos os obsoletos moldes em que estava comprimido o nosso povo, longos annos ainda passarão antes que elle adquira o habito de bem dirigir-se com as novas instituições proclamadas pela Constituição de 24 de fevereiro.

Não é tanto a mudança de forma de governo que tem trazido a instabilidade das actuaes instituições; se a revolução de 15 de novembro se tivesse limitado a pro-

clamar a Republica, talvez o paiz tivesse entrado mais cedo no reinado da paz.

Mas tal acontecimento veiu satisfazer uma outra aspiração, talvez mais imperiosa do que a da forma republicana; libertou os Estados da tutella central, considerou como base da nova organização a idéa federativa.

Acostumados por um lado a esperar tudo do poder central, e por outro habituado este a ser obedecido e a ingerir-se continuamente nos negocios locaes, temos, para que a federação se torne uma realidade, de fazer uma dupla aprendizagem. Os Estados devem aprender a se governar por si, como se fossem absolutamente independentes, sem impetrar do Governo Federal um soccorro que os deprime e humilha; o Governo Federal, por sua vez, deve aprender a limitar-se à esphera de sua competencia, sem interferir nos negocios estaduaes, e de modo algum procurar comparar a extensão do seu poder a que tinha o antigo poder central. Emfim, elle deve lembrar-se de que no systema actual, a competencia federal é a excepção e a competencia estadual a regra, ao inverso do que antigamente acontecia.

Só a nitida comprehensão d'estes principios e a sua realização pratica terminarão definitivamente as revoltas e levantes de que todos os dias nos vemos ameaçados.

Consubstanciando em poucas phrases o quadro que vimos de traçar, diremos que o anno de 1893 pertence ao cyclo revolucionario que a humanidade atravessa, no qual, ao par do extraordinario desenvolvimento material a que

ella tem attingido, ao lado do colossal augmento de bem-estar physico que o homem tem obtido pelas applicações praticas da sciencia e em contraposição a taes prodigiosas descobertas, a moral social tem soffrido profundos abalos, solapados como se acham todos os seus principios religiosos e politicos.

Emquanto o homem civilizado se despe d'estas theorias religiosas e politicas, que por tão longo tempo dirigiram a sociedade, procura com ancia e em vão outras em que possa assentar a sociedade moderna.

Deante dos destroços da moral antiga, o socialismo apresenta-nos um systema em que fica satisfeito o idéal primordio das classes mais numerosas da sociedade; isto é: a egualdade das condições e uma mais equitativa distribuição da riqueza. Que importa que, ao julgamento calmo dos competentes, o socialismo, na sua parte organizadora, appareça como funesto, se elle realiza o grande sonho das democracias modernas? »

AUGUSTO MONTENEGRO

AOS 15 ANNOS D'IDADE

O POLITICO PARLAMENTAR

Depois da phase convulsionada de Floriano Peixoto, o grande despota salvador das instituições republicanas, que naquella agudissima crise da existencia nacional só podiam ser sustentadas pelo heroismo de um sublime louco, como foi o inclyto Marechal de ferro, a quem me honro de ter servido com lealdade sentimental, convenceu-se a maioria do paiz da necessidade irremediavel do governo militar, para que assim ficasse mais rijamente firmado o principio da auctoridade e mais respeitados fossem pelo extrangeiro os melindres da nossa patria.

A eleição de Prudente de Moraes representava ainda a vontade forte de Floriano, reconhecendo por uma clara intuição dos negocios do estado a impropriedade dos governos militares, mesmo quando tivessem a superintendel-os patriotas sinceros, da sua estatura moral.

A posse do presidente paulista, que era um homem finamente observador e de uma rara lucidez mental, predicados a que alliava a linha incorruptival do seu caracter, correu entre os odios sopitados do exercito, mal contido nos seus impetos de repudio ao grande magistrado ainda pela austeridade terrivel do proprio Floriano.

A muitas pessoas sorprehendeu a energia impassivel do primeiro presidente civil da Republica, até então tida e havida como expressão politica da vontade militar. Eu sempre o achei logico, desde o dia memoravel da sua posse, que foi o acto mais intrepido do seu quatriennio, tendo-se em vista a exaltação de animos, em que estava a maioria do paiz quasi militarizado e concorde com o exercito para acclamação de Floriano Peixoto.

Ser florianista tornara-se uma feição do dever patrio e isso explica-se pela influencia legitima que os actos heroicos de Floriano exerceram no espirito publico, em cuja espectativa as innovações da Republica haviam dissipado a impressão rotineira e apaziguada da Monarchia.

Excluindo o apoio tacito dos orgãos imputaveis da politica nacional, somente odios e antipathias circundavam o governo redemptor de Prudente de Moraes, esse varão magnifico, que completou com a paz a obra revolucionaria do seu antecessor, arriscando fleugmaticamente a existencia no sagrado cumprimento do seu heroico dever.

Prudente, sem a solidariedade do povo, mais tarde convencido pelo explendor das suas virtudes civicas, só trouxe para governar a força da sua convicção e a mais elevada consciencia do seu grave mandato.

Isso claramente se deduz das revoltas posteriores que convulsionaram o seu periodo administrativo e nas quaes predominava o intuito criminoso de o alijar do governo, de modo que, mais uma vez, pela força da indisciplina, o prestigio militar se affirmasse no seio da Republica.

Escapando de ser assassinado no arsenal de marinha e de ser deposto no Cattete pela Escola Militar, Prudente

sereno e impertubavel chamou pelos orgãos da justiça os sediciosos a contas e poz assim num temeroso relêvo a sua energia indeffectivel, nesse conflicto aberto com as clases armadas a quem cumpria o dever coustitucional de apoiar o seu governo

Já não era apenas na massa tumultuaria do povo que as suas acções sensatas e reflectidas encontravam resistencia. Vinha-se de uma epoca facil de licenças e liberalidades e essa reconducção de tudo aos caminhos abandonados da ordem a do dever não podia ser praticada sem o protesto de muitos, o prejuizo de alguns e a limitação da liberdade de todos.

Tal reacção inesperada aggremiou os descontentes, que trataram de conspirar por todos os processos contra o governo de Prudente de Moraes. No amago do partido Republicano repercutiram esses odios insubsistentes. Surgiram pequenos conflictos entre os proceres da politica; o presidente impassivel guardava a sua compustura primitiva, levando por diante sem a menor vacillação o desdobramento fatal do seu programma irrevogavel.

Scinde-se então o partido Republicano. Prudente conserva-se tácito perante o grave accontecimento e confiando na justiça da sua causa espera a solidariedade espontanea dos homens dignos, que o presenceam girando calmo na orbita convulsionada do seus magnos deveres.

Isso deu-se 1897, quando contava Augusto Montenegro 30 annos de idade. Era elle então o representante do povo paraense na Camara federal.

O seu talento de orador, o seu criterio ponderoso nas emergencias difficeis, a sensatez da sua conducta nessa

epoca de agitações haviam-lhe grangeado o justo renome de politico parlamentar, depois confirmado galhardamente num ambito mais largo de acções mais conspicuas.

Feita a scisão do partido, Augusto Montenegro, sem medir consequencias, collocou-se ao lado de Prudente de Moraes em conformidade de vistas com Antonio José de Lemos, esse argutissimo chefe da politica paraense, sempre alliado ao governador actual nos transes altos da sua vida politica.

Assim foi que uma reunião aqui effectuada em 24 de Agosto d'aquelle anno determinou tambem a scisão do partido Republicano paraense, depois de confirmar e applaudir a attitude assumida pelo Dr. Augusto Montenegro em face dos acontecimentos da politica federal. Prestigiava, pois, a maioria politica do Estado na pessoa do seu representante não só a nobreza da sua conducta mas tambem a inspiração patriotica das suas convicções.

O politico parlamentar assentara o proposito da sua conquista no seio da Camara, enfrentando-se heroicamente com os seus pares mais doutos e mais luminosamente assignalados nas pugnas oratorias. Assim é que se o encontra sempre nos Annaes do parlamento, naquelle mesmo anno, (1897) ao lado de Serzedello Corrêa, como seu oppositor e em identidade de vistas com Belisario de Souza, essa caudal de attica eloquencia que o paiz inteiro admira.

Corria o mez de Novembro, quando se agitava no Congresso a questão palpitante da fixação das fronteiras do Brasil com a Guyana Fraceza. O patriotismo exaltado do povo ja se fizera sentir no tumulto dos *meetings* e no alarido armeaçador das passeiatas consuetudinarias, que são,

muitas vezes, os prodromos das grandes revoluções. O olhar sanhudo dos demagogos fitava-se na Camara, no templo augusto da lei, onde se devian escrupulizar amorosamente os interesse caros da patria, litigando nesse momento com uma nação poderosa e culta, prestigiada acima de tudo pela sympathia do mundo.

A sessão da Camara em 26 de Novembro d'aquelle anno tornara-se um grave acontecimento nacional por causa do assumpto relevantissimo que se devia tratar. Augusto Montenegro, empenhado em continuar a galhardia do seu nome e sobre tudo em affirmar a rigidez severa do seu caracter, compareceu á sessão, isolado da sua bancada, e votou pela arbitragem, identificando-se com o maioria da Camara e ductilizando assim aquella pendencia internacional para os tramites bonançosos que lhe asseguraran o exito conhecido.

A opposição invejosa vulnerou-o na sua integridade moral, pondo-lhe em duvida a sua sinceridade patriotica e lançando-lhe a vilta de ter entregado á França um trecho inextrincavel da patria, o que ficou contrariamente demonstrado pelos factos correlatos e consequentes, no curso triumphal dessa famosa questão.

O Dr. Serzedello Corrêa, que tambem se achava presente na sessão de 26 de Novembro, sabendo o assumpto de magna relevancia e pondo em pratica a sua astucia politica, que visava naquella emergencia desmacarar os deputados irresolutos, propoz ao presidente da Camara uma consulta á casa sobre a votação nominal. Tudo isto está consignado nos Annaes, nestes topicos que para aqui transplanto.

« O Snr. Serzedello Corrêa, (pela ordem). — Pedi a palavra para solicitar de v. exc. que consulte a casa se concorda, tratando-se de um assumpto de tanta relevancia e em que todos devem assumir inteira responsabilidade, com a votação nominal *(apoiados geraes)*.

O Snr. Belisario de Souza: — Concordo com a votação nominal. »

Concedida a votação nominal e procedendo-se a ella responderam *sim*, approvando o tratado de arbitramento, 91 deputados, o primeiro dos quaes foi o Snr. Dr. Augusto Montenegro, o unico da representação paraense que assim votou, enfrentando, com a coragem de quem se sentia fortalecido pela propria consciencia, as consequencias esperadas do ataque de que foi victima por parte da opposição.

O laudo do governo Suisso veiu provar, na decisão suprema, que é um exemplo de sabedoria, de independencia e de culto indefectivel á Justiça, que o Dr. Augusto Montenegro lavrara com o seu voto a mais brilhante fé de officio de um patriota sincero.

A proposito do assumpto e como prova da razão com que o Dr. Montenegro procedeu, seja-nos permittido transcrever os seguintes topicos de uma carta, que S. Ex. dirigiu a um amigo, que o foi sempre e, a despeito de tudo, continua a ser-lhe dedicado e leal, e que o havia felicitado pela decisão do litigio:

« Nunca é tarde, porem, para testimunhar-lhe a minha gratidão pelas expressões que me endereça a proposito do laudo em que o Conselho Federal da Confederação Helvetica proclamou a justiça de nossas pretenções ao territorio que vae do Araguary ao Oyapock.

« Unico representante paraense no Congresso Federal que julgou dever entregar a solução do litigio ao juizo de um arbitro imparcial, unico voto paraense que julgou dever pór abaixo dos interesses de sua terra os ouropeis e lantejoilas de uma popularidade de mau quilate, é-me grato ver as cabeças bem equilibradas de minha terra fazerem-me justiça, muito embora esta só viesse com o successo. Praz-me, reconhecer, porem, que o meu amigo não esteve no numero d' aquelles que julgaram o meu voto anti-patriotico e anti-paraense. Por isso mesmo ainda lhe sou mais grato. »

O anno de 1897 foi-lhe prodigo de successos e invejaveis triumphos. Liquidada a questão do Amapá, incunbiram-lhe a presidencia da Commissão geral de tarifas, encargo esse que vinha publica e officialmente attestar a sua irrecusavel competencia em materia economica e financial.

Com tão bello exito se houve o Dr. Montenegro nessas graves funcções, que interessavan fundamentalmente o organismo inteiro de commercio, que o gremio privativo dessa classe tão homogenea e parca de expansões affectuosas pela propria naturesa da sua constituição e dos seus fins, a Praça do Commercio da Capital Federal, num impulso unanime de intrinseco reconhecimento, deliberou collocar no seu salão de honra o retrato do Dr. Augusto Montenegro, prestando-lhe assim a mais significativa e justa homenagem.

Tambem foram de tal valia os serviços prestados pelo Dr. Augusto Montenegro ao commercio paraense, cujos direitos defendera sempre com a mais espontanea dedicação, que em assembléa geral da Associação Commercial foi,

aos 25 de janeiro de 1898, por unanimidade, acceita a proposta da respectiva directoria, outorgando-lhe o diploma de socio honorario da mesma corporação. A honrosa proposta, assim approvada, é concebida nos seguintes termos:

« A Directoria da Associação Commercial do Pará, tendo em vista os assignalados serviços patriotica e intelligentemente prestados pelo Snr. Dr. Augusto Montenegro, no Congresso Nacional;

Attendendo a que esses serviços mui especialmente visaram o bem estar do commercio paraense, porque se representaram em acertadas gestões que determinaram já na commissão de finanças da Camara dos Deputados, já da parte do ministro da fazenda, actos de inteira justiça, reclamados pelos interesses commerciaes desta praça; e

Obedecendo ás ponderaveis considerações de que cumpre um dever de gratidão e ao mesmo tempo interpreta os votos de todos os seus consocios, que têm de certo igual comprehensão do valor moral e dos meritos d'aquelle illustre congressista;

Propõe que seja outorgado ao Snr. Dr. Augusto Montenegro, deputado federal, o diploma de membro honorario da Associação Commercial do Pará pelos justos motivos expostos. Sala das sessões da Associação Commercial do Pará em 25 de janeiro de 1898.

José Marques Braga — José Casemiro Brazil Montenegro — Ignacio de Souza Lages — José Augusto Corrêa — Luiz Dias da Silva — João Moreira da Costa — Ricardo Ferreira Lopes. »

Regressando, então, o Dr. Montenegro da Capital Federal, o commercio paraense, representado por duzentas e setenta e cinco firmas, das mais respeitaveis da praça de Bélem, fez-lhe uma estrondosa recepção e, por uma commissão de seus membros, dirigiu-lhe a seguinte

MENSAGEM

Exmo. Snr. Dr. Augusto Montenegro :

« Se gloria pode existir para o homem politico, vivamente empenhado nas luctas dos partidos, em receber as homenagens de toda uma classe por natureza alheia a agitações partidarias, essa podel-a-eis registrar com justo desvanecimento, pois outra coisa não significa esta festa de que sois objectivo mais do que a consagração merecida e eloquente que n'este momento vos faz o commercio do Pará, grato aos valiosos, desinteressados e inolvidaveis serviços que lhe tendes prestado junto aos poderes publicos da nação.

Por nenhuma pessoa extranha a essa classe jamais acorreram a adherir com tanta espontaneidade os commerciantes paraenses à lembrança de recepção como esta, imponente e sincera, imagem viva da grande veneração que vos creastes entre os homens bons da vossa terra.

E tal manifestação, que assim quizemos fazer grandiosa e bella, não vos dignifica somente á vós, mas tambem a propria corporação manifestante, que d'esta fórma se exhibe intelligente e civica, patriota e grata, no culto

pouco justapondo-se ao seu nome num relevo crescente de brilhante notoriedade.

No quatriennio Campos Salles ja não era a affirmação do Civilismo o problema exclusivo de urgente resolução, porque um outro não menos grave se antepunha ao governo, entremostrando-lhe o clamante horror da sua complexidade. Era a crise financeira, o abalo do credito e a possivel banca-rota com o negro cortejo das suas amargas humilhações.

É nesse alto momento da existencia republicana que Augusto Montenegro se acha ao lado do presidente da Republica, mao grado o chauvinismo regional, para lhe prestar mão forte no desdobramento do seu meditado programma, de cuja completa execução dependiam nessa quadra agudissima a honra e a dignidade da patria.

É sabido o alto conceito que lhe votava o então presidente da Republica, Dr. Campos Salles, a quem sobraram esclarecidos talentos para se não enganar na selecção dos seus amigos politicos, todos utilizados intensamente durante a sua gestão quatriennal. Dentre esses taes, destinguiu-se Augusto Montenegro, na Camara, como *leader* da maioria e escudando na sua eloquencia todos os actos administrativos, que, embora dentro nas pautas do programma, fossem ás vezes malevolamente interpretados pelos proceres da opposição, em cujos arraiaes convulsionados se contavam guerrilheiros excellentemente dextros, como Erico Coelho, por exemplo, que é o principe demoniaco do paradoxo parlamentar.

No seu posto de *leader,* vulnerado sempre pela perfidia dos descontentes, Augusto Montenegro teve de superin-

tender os trabalhos de apuração de eleição e reconhecimento de poderes, um dos encargos mais serios e exhaustivos do nosso regimem politico, pois que se faz mester nessa operação delicadissima conciliar o *veredictnm* dos suffragios com os interesses politicos do governo.

Advieram-lhe então da justeza da sua conducta as mais pungentes recrimmações, exclusivamente nascidas de vaidades feridas e injustas intenções prejudicadas, Elle, entretanto, sereno na consciencia do dever cumprido, voltou sempre a face desdenhosa ao córo irascivel dos despeitados, cuja maledicencia viperina encontrava expressão na dialectica formidavel do meu grande mestre, Josè do Patrocinio, a cujo lado eu me encontrava obscuramente, talhando as minhas noticias, nessa batalha incruenta, como aquelle garoto occasional, que vendia rebuçados na tomada da Bastilha.

Em principios de 1900, Augusto Montenegro partiu para Pernambuco, onde vive a familia da sua esposa, talvez descontente da posição magnifica e culminante aonde o subira o exforço intelligente da sua vontade e na qual era compellido a manter-se não só pelo seu amor proprio mas sobretudo pela solidariedade com os seus amigos, que com elle se haviam identificado pela communhão das mesmas ideas e analogos ideaes politicos.

Ali, no regaço da seu lar, naquelle formoso Recife tão grato ás evocações da sua juventude, o Pará, a sua querida patria, repetindo o caso da terra e de Antheu, devel-o ia fortificar para novas empresas, exhortando-lhe a culta deligencia para mais largamente irradiar no seu proprio seio e converter-lhe numa realidade palpitante a sua

actual prosperidade de estado autonomo, dentro nas prescripções constitucionaes e tornado verdadeiramente modelar pelo explendor da sua administração, desenvolvida sob os auspicios da liberdade e strictamente pautada pela mais integra lisura.

Assim terminou Augusto Montenegro o rútilo periodo da sua vida parlamentar, na qual persistiu por quatro legislaturas consecutivas, resignando o seu mandato para obedecer aos designios do partido Republicano paraense, que lhe impoz a acceitação do governo do estado, a vagar pelo término do quatriennio do Dr. Paes de Carvalho, effectuando-se toda essa eloquentissima consagração civica com a iniciativa honrosa do eminente chefe politico Senador Antonio Lemos, o maior estadista do Norte do Brasil, ja como tal cognominado pelo consenso unanime do paiz inteiro.

Para authenticar as razões veridicas d'este breve capitulo, em que perfunctoriamente tentei esboçar o assignalado perfil do politico parlamentar, que tanto enalteceu a representação da sua terra na Camara federal, distinguindo-se preeminentemente no desempenho das commissões mais difficeis, para aqui transplanto, dos Annaes da mesma Camara, o discurso infra, que se relaciona com o programma financeiro do governo Campos Salles. Este sensato e ponderoso documento difinirá ao leitor com perfeita nitidez a individualidade de Augusto Montenegro e elucidará ao mesmo tempo a conducta posterior do estadista, que tão indelevelmente se affirmou na historia politica da Republica, pelas normas inatacaveis da sua administração dos negocios publicos do Pará.

DISCURSO PRONUNCIADO

na Camara Federal

na sessão de 19 de Junho de 1899

« O Snr. Augusto Montenegro. — Snr. Presidente: Corro ao appêllo do nobre Deputado pelo Pará, que a mim, por muitas vezes, se dirigiu, quando desenvolveu á Camara todas as divergencias de opinião em que está com o projecto que tive a honra de apresentar a seu estudo e voto e mereceu parecer favoravel da Commissão de Orçamento.

O nobre Deputado, antes de fazer a critica dos diversos artigos do projecto, desenvolveu algumas considerações sobre politica financeira em geral e especialmente sobre a politica financeira adoptada pelo Governo da Republica.

S. Ex. por esta occasião disse que de muito vem-se batendo dentro e fora do parlamento pela politica do resgate do papel-moeda, como unico meio scientifico adoptado para proceder-se á sua valorização.

S. Ex. affirmou ainda que por isso não podia de modo algum ser contra o projecto, em suas linhas geraes, e,

sobretudo, quando estabelece o fundo de resgate do papel-moeda. Mas, S. Ex., afastando-se desde então do pensamento do projecto, combateu o estabelecimento do fundo chamado de garantia.

O Snr. Serzedello Corrêa. — Contestei a conveniencia da opportunidade, não combati.

O Snr. Augusto Montenegro. — S. Ex. combateu no momento actual o estabelecimento do fundo de garantia juntamente com o de resgate, fundo de garantia que vinha ajudar este na sua missão de volorizador de meio circulante.

Snr. Presidente, o nobre Deputado achou mesmo, se não me engana a memoria, que havia uma certa contradicção entre o projecto e a politica financeira do Governo, quando aquelle estabelece esse fundo de garantia. Entretanto, parece-me que das palavras da Mensagem do Snr. Presidente da Republica, em que elle desenvolve o seu plano, não se póde colligir que attribua ao estabelecimento do fundo de resgate um papel mais importante no problema da valorização do meio circulante, do que attribue ao fundo de garantia. S. Ex., o Snr. Presidente da Republica affirma pelo contrario que, se por um lado é preciso estabelecer um fundo de resgate para por elle poder-se chegar à contracção do meio circulante, por outro lado afirma tambem que se pode realizar a valorização directa, constituindo o fundo de garantia para o papel que fica em circulação e a um e outro fundo chama precisamente pontos capitaes da politica financeira do Governo.

Acho, Snr. Presidente, que a funcção que a Mensagem dá aos dous fundos que pede é curial e logica.

Se por um lado, por meio da retracção do papel, pela

sua diminuição no mercado, naturalmente, por uma lei economica se produz a sua valorização, ainda mais elle se valorizará pela constituição de um fundo que garante o papel que fica. *(Apartes).*

O principio economico é verdadeiro e obedece a regras comesinhas da logica e a todos os principios da sciencia a respeito. *(Apoiados).*

Mas o nobre Deputado falla por um lado de uma questão de opportunidade e por outro da questão dos meios que o projecto affecta quer a um, quer a outro fundo, dos recursos com que elles são dotados pelo projecto em discussão.

Isto é para mim o ponto principal da impugnação do nobre Deputado pelo Pará.

S. Ex. e a Casa, Snr. Presidente, examinando os diversos itens em que se decompoem os arts 1. e 2. do projecto, chegarão á evidencia de que as duvidas do nobre Deputado pelo Pará não têm procedencia.

S. Ex. affirmou tambem por essa occasião que em um paiz de orçamentos, cujos saldos constituem ainda pontos de interrogação, separar dos seus recursos ordinarios rendas para serem especializadas, constituia (parece-me ter entendido bem as palavras do nobre Deputado) um erro. Vou mostrar ao nobre Deputado e á Casa que os diversos recursos que foram affectados para a constituição desses dous fundos ou não affectam a receita ordinaria da Republica ou affectam-na ligeiramente, e mal estariamos se, na situação por que vamos atravessando, não podessemos especializar rendas da importancia das que o projecto separou da receita geral. O primeiro ponto é a respeito da renda

oriunda do arrendamento das estradas de ferro, quer em papel, que deve ser incorporada ao fundo de resgate, quer em ouro, que deve ser levada á conta do fundo de garantia. Não digo nemhuma novidade á Casa, Snr. Presidente, quando affirmo que as rendas provenientes do arrendamento figuraram, se não me engano, pela primeira vez, nos orçamentos da Republica, o anno passado.

Pelo contrario, no anno atrazado e nos annos anteriores, o que figurava nos orçamentos a respeito das estradas de ferro era os deficits d'estas mesmas estradas.

Portanto, ellas constituiam por assim dizer um encargo dos orçamentos, encargo que foi alimentado pela politica favoravel aos arrendamentos; e por conseguinte, este recurso não era computado na receita geral, figurando pelo contrario deficits oriundos da exploração directa por parte do Estado.

Sendo assim, uma lei que retira do orçamento geral estes recursos ainda deixa grande vantagem aos orçamentos, isto é: risca dos mesmos os deficits oriundos destas estradas de ferro. Por consequencia, uma lei que vem separar rendas provenientes destes arrendamentos não vem ferir o equilibrio possivel ou provavel dos orçamentos do Estado.

São em pequena monta, diz o nobre Deputado, mas os pequenos ribeiros fazem os grandes rios e com outros recursos que se acham especializados estou certo que aquelles se avolumarão mais do que suppõe o nobre Deputado. Se o fundo de garantia ou o de resgate se limitasse a estes recursos que S. Ex. enumerou, por certo que seriam bem mesquinhos, mas um exame mais profundo do projecto mostrará ao nobre Deputado e á Commissão que estes

recursos são muito maiores que aquelles que se podem suppor, fazendo uma leitura perfunctoria.

S. Ex. referiu-se á quota de 5 % ouro, que o projecto estabelece como um dos elementos constituitivos do fundo de garantia.

S. Ex. naturalmente aproveitou-se d'esta circumstancia para voltar á questão aqui muito debatida de protecção e de livre cambio nesta Camara. Tenho com a responsabilidade da minha assignatura dado, por assim dizer, um desmentido falseado aos principios pelos quaes me tenho batido nesta Casa.

Snr. Presidente, sobre este ponto peço licença ao nobre Deputado para lhe dizer que nunca me declarei paladino do livre cambio; tenho sempre propugnado pelas tarifas não eivadas do protecionismo exaggerado que sempre lhes notei. Sempre me bati, até por emendas, por assim dizer, proteccionistas a respeito dos productos da lavoura nacional, de modo a preencherem os dificits causados pela importação de cereaes, ou de artigos referentes a industrias que se prendem ao solo.

Os partidarios d'essa politica têm sempre encontrado em mim o mais franco apoio; e aquelles que se têm occupado de semelhantes medidas podem dizer se não me hei mostrado favoravel á taxa protectora de certas industrias.

Por conseguinte, Snr. Presidente, a observação do nobre Deputado não tem razão de ser, sobretudo, quando S. Ex. me attribue aqui na Camara a funcção de paladino do livre cambio. Tenho procurado me oppor nas tarifas aos exag-

geiros que os economistas e publicistas condemnam em seus livros.

Não, Snr. Presidente, não se me pode acoimar de contraditorio, de estar hoje combatendo os principios que outr'ora pregava, quando venho propor o estabelecimento de uma taxa sobre todos os artigos da tarifa, sem excepção de um, uma taxa igual para todos.

Snr. Presidente, por minha vez posso dizer que me causa sorpresa a observação do nobre Deputado, quando vem impugnar a parte do projecto que estabelece esta taxa, sob o fundamento de que ella agravará as tarifas de 12 a 13 $^0/_0$, quando o anno passado S. Ex. não trouxe aqui os mesmos argumentos, ao ter o Governo pedido e conseguido que fosse votada pela Camara a taxa de 10 $^0/_0$ ouro, que equivalem a 24 $^0/_0$ sobre as tarifas em vigor.

O Snr. Serzedello Corrêa. — Não é a mesma razão porque agora V. Ex. propõe mais cinco, de modo que ficam sendo 15.

O Snr. Augusto Montenegro. — As razões são as mesmas, as razões devem permanecer, porque o anno passado o nobre Deputado não se soccorreu d'esse argumento, não viu, não percebeu que os 10 $^0/_0$ ouro vinham agravar a situação dos productos no mercado; não attendeu á situação peculiar a cada um d'esses productos, pois que S. Ex. acceitou e votou a taxa de 10 $^0/_0$ ouro sobre os direitos de importação. S. Ex. não indagou se os productos podiam supportar, se estavam em condições de assim sobrecarregados virem ao mercado, e, portanto, de serem expellidos pela tarifa, influindo assim tambem sobre a diminuição da importação, e, por tanto, sobre a das rendas.

O Snr. Serzedello Corrêa dá um aparte.

O Snr. Augusto Montenegro. — V. Ex. ainda não tem razão.

Veem V. Ex., Snr. Presidente, e a Camara que o nobre Deputado não tem razão, e eu estou certo de que o nobre Deputado votaria o anno passado, ao envez de 10, 15 % se tanto fosse pedido pelo Governo. Se é verdade, Snr. Presidente, que esse sacrificio que se pede á Nação é para valorizar o nosso meio circulante, estou certo de que o nobre Deputado não trepidará em votar mais esse sacrificio de momento no sentido de melhorar a nossa situação economica e financeira.

O Snr. Paula Ramos. — Se o sacrificio garante a elevação da taxa cambial....

O Snr. Augusto Montenegro. — E não posso deixar de partir d'este principio: nós estamos discutindo um projecto de valorização do meio circulante. S. Ex. mesmo não condemnou o projecto *in totum;* S. Ex. acceita a structura do projecto, disse mesmo que estava em pleno accôrdo com o Governo nos lineamentos geraes do seu plano financeiro.

Por consequencia, S. Ex. acha que o projecto pode attingir o fim que tem em vista.

Se assim é, porque deixará S. Ex. de votar esse sacrificio de momento que vamos pedir á Nação?

Snr. Presidente, o nobre Deputado esqueceu-se, a meu ver, da parte principal que deve constituir o fundo de garantia.

É o n. 2 do art. 2:

« O Saldo das taxas arrecadadas em ouro, deduzidos

os serviços que nesta especie o Thesouro é obrigado a custear ».

A quanto monta este saldo?

S. Ex., velho soldado das campanhas orçamentarias, que tem estudado a fundo todos os orçamentos, relatando muito d'elles, e com raro brilhantismo o da Fazenda, melhor de que qualquer um de nós pode fazer o calculo da importancia que redundará para o fundo de garantia, dada a applicação do n. 2 do art. 2.

O Snr. Serzedello Corrêa dá um aparte.

O Snr. Augusto Montenegro. — Facil seria a S. Ex. o anno passado computar que os 10 °/ₒ ouro actuaes dariam ao Thesouro cerca de dous milhões de libras sterlinas.

Assim sendo, ja para o anno S. Ex. vê quanto ficará de saldo desse titulo de receita, porquanto estará riscado do orçamento o milhão sterlino oriundo do emprestimo Bernardino de Campos, que será definitivamente pago este anno.

Assim para o anno, S. Ex. verá computadas unicamente as despezas necessarias com o pagamento do *funding*, as do Ministerio do Exterior e algumas outras do Ministerio da Viação, porque mesmo as apolices de 1889 que se pagam em ouro já servirão de baze a um accôrdo, e creio que as apolices de 1888 em via tambem de accôrdo, pelo qual o Thesouro ficará aliviado de avultadas despezas em ouro.

Assim, pois, veja S. Ex. que o fundo de garantia ha de começar aliviado d'aquellas despesas ja referidas.

E capacite-se ainda S. Ex. de que o fundo de garantia ha de começar com alguns, não muitos, porém alguns milhões de libras sterlinas.

O Governo conta e espera que para o anno mesmo poderá inscrever a titulo deste fundo alguns milhões sterlinos. Estou certo de que não serão muitos; não posso fazer um calculo exacto neste momento. Serão uns dous a dous e meio milhões.

Snr. Presidente, ainda examinando o art 1., vejo titulos ahi inscriptos como devendo constituir o fundo de resgate, que a meu ver devem trazer para este fundo recursos amplos, sufficientes para virem ajudar o Governo na politica que annunciou e que impropriamente se chama a politica da queima do papel-moeda.

Com os conceitos que S. Ex. externou a este respeito estou perfeitamente de accordo, porque tambem na medida da minha insufficiencia intellectual e do meu fraco prestigio nesta Casa, *(não apoiados)* tambem venho de longe fazendo a mesma politica de S. Ex., collaborando com aquelles que entendem que o mal financeiro está principalmente na abundancia do papel-moeda e o remedio proficuo na retracção deste papel por este ou por aquelle modo. *(Apoiados, não apoiados).*

Mas vejo no art. 1. do projecto um titulo para o qual chamo a attenção do nobre Deputado e de onde o Governo espera que advirão recursos não direi abundantes, porque para o resgate nunca poderão ser abundantes, mas recursos avultados que virão constituir fundos.

É o seguinte:

« Producto da cobrança da divida activa da União, qualquer que seja sua natureza inclusivé as sommas provenientes das liquidações de débito dos bancos e dos emprestimos feitos ás industrias sob a forma de (bonus) ».

O Governo espera que d'esta fonte lhe advirão recursos que augmentarão sem duvida sufficientemente aquillo que em consequencia do *funding loan* elle hoje atira ás fornalhas da Alfandega desta Capital.

Snr. Presidente, peço licença ao nobre Deputado para insistir sobre outro ponto.

Entendo que hoje não temos dous caminhos a seguir em politica financeira; que não possuimos a liberdade moral de escolher um systema financeiro a applicar; e que, quando o Governo deste paiz assignou em Londres o accôrdo financeiro de junho, acceitou todas as consequencias que delle se podem e devem tirar.

O principio bazico do accôrdo é que o mal está no excesso do papel moeda e que para isto devem convergir os esforços repressivos dos poderes publicos no sentido de melhorar a nossa situação financeira.

Tendo em vista esta politica que o Govarno se comprometteu a seguir, é que lhe foi dado um prazo para que dentro d'elle possa começar ao menos, porque não é em tres annos que se refaz financeiramente um paiz, a grande obra de reconstrucção das finanças nacionaes.

Eu acho e o nobre Deputado creio, está de accôrdo, que não é mais occasião azada de termos discussões doutrinarias e de estabelecermos e discutirmos preferencias de escolas; o nosso caminho está traçado e devemos seguil-o intimoratamente. Nesta politica temos empenhados a nossa palavra e os nossos creditos.

Por conseguinte, o Governo, lançando a sua opinião na Mensagem, e o humilde Deputado que tem a honra de occupar a attenção da camara convertendo as idéas do

Governo, copiando-as mesmo no projecto que vem de apresentar, cumpriram um dever inilludivel.

Mas, Snr. Presidente, continuando a examinar as divergencias que o nobre Deputado, depois de aprovar o plano do projecto nos seus delineamentos geraes, apresentou a respeito de quasi todos os artigos de que se compõe o projecto em discussão, eu peço licença para continuar a demonstrar a S. Ex. as razões por que tive occasião de escrever as proposições que lhe mereceram franca impugnação.

Diz o art. 3:

« Sempre que a situação cambial e o estado da circulação o aconselharem, poderá o Governo empregar o fundo de resgate no augmento do fundo de garantia e viceversa.

O fundo de garantia nunca poderá ser reduzido a menos de metade do seu valor. »

Desde ja explico ao nobre Deputado que o valor a que se refere o artigo é o do lastro, na occasião em que o Governo faz a transposição autorizada pelo art. 3.

Se o lastro, supponha o nobre Deputado, for de um milhão de libras, na occasião em que o Governo tiver de fazer a transposição, fal-a-ha segundo a disposição do art. 3, transferindo 500,000 libras.

A palavra « valor » ahi significa simplesmente o do stock na occasião em que o Governo julga dever fazer a transferencia, por motivos que o proprio artigo enumera, por aquelles oriundos da situação cambial e do estado da circulação.

Divirjo ainda, Snr. Presidente, do nobre Deputado em consideração que fez a este respeito. S. Ex. disse que o

estabelecimento do fundo de garantia obedece a fins diversos, a intuitos differentes d'aquelles para os quaes é constituido o fundo de resgate.

O fim do fundo de resgate, Snr. Presidente, é o mesmo do fundo de garantia.

O Snr. Serzedello Corrêa. — Não, senhor.

O Snr. Augusto Montenegro. — O fundo de resgate actua sobre o papel, que fica pela diminuição de sua quantitade no mercado; o fundo de garantia actua directamente sobre o valor deste papel, tornando-se por elle responsavel. O fim dos dous fundos é pois o mesmo: valorizar o papel que fica.

O Snr. Serzedello Corrêa. — A missão é diversa.

O Snr. Augusto Montenegro. — O fim dos dous fundos é o mesmo.

O Snr. Serzedello Corrêa. — V. Ex. não acredita possivel o papel-moeda em circulação ter o padrão que tinha e dar 27 d. por 17, sem ter fundo de garantia nemhum?

O Snr. Augusto Montenegro. — Dadas certas circumstancias, acredito que isto seja possivel. Dê-me o nobre Deputado um paiz com vida economica regular, com a sua balança de valores perfeitamente equilibrada, ou balanceando-se com um saldo, dê-me um orçamento normalizado e tudo isto que constitue a prosperidade de uma Nação, e estou certo que, se o Governo não seguir uma politica financeira má a respeito do papel, uma politica de desatinos o de erros e se, portanto, o papel-moeda corresponder ás necessidades da circulação, elle se valorizará ao ponto de cheger ao par.

Mas, figure o nobre Deputado um paiz como o nosso,

oprimido por uma crise economica profunda, crise economica que é ainda aggravada pela crise procedente de outros erros, pela nossa politica de dezastres financeiros e lhe direi que para politica de rehabilitação, o estabelecimento deste fundo de garantia é necessario. O nobre Deputado, desenvolvendo este principio de que o fundo de garantia actua de modo diverso, isto é, tem fim diverso do fundo de resgate, accrescentou que a nossa historia é a prova real da verdade da sua affirmação, que nós já tivemos um periodo de lastros garantidores das emissões, lastros guardados no Thesouro e que, entretanto, estes lastros assistiram impassiveis á *degringolade* da taxa cambial e, portanto á *degringolade* do valor do papel em circulação.

Mas, Snr. Presidente, examinemos bem o exemplo que o nobre Deputado trouxe para prova de sua affirmação. O nobre Deputado ha de permittir-me que primeiro me refira á natureza destes lastros. Estes lastros eram em ouro por um lado e em titulos de dividas publicas por outro.

Tinhamos emissões de bancos garantidas por titulos de dividas publicas e emissões de bancos garantidas por ouro depositado no Thesouro, e a emissão do Governo que não tinha garantia alguma senão a palavra do mesmo Governo.

A garantia era integral quando constituida em titulo e parcial quando constituida em metal.

Ora permitta-me o nobre Deputado que conteste neste momento a denominação dada á natureza do lastro que servia de garantia ao papel.

Outro ponto a que pretendo referir-me como elemento tambem de movimentação constante para a baixa produzida

nas taxas cambiaes, é a tal volatilização dos lastros, a que se refere o nobre Deputado e o desapparecimento dos mesmos.

O Snr. Serzedello Corrêa. — Este desapparecimento foi ao contrario, uma consequencia da desvalorização da moeda.

O Snr. Augusto Montenegro. — Era a incerteza da opinão publica sobre a valor real d'estes lastros e de sua quantidade; era a recrudescencia da politica das emissões; eram todos estes elementos, que começaram a concorrer com as causas economicas que então se fazião já sentir, que deram os resultados por todos conhecidos.

Eram estas causas que vinham concorrer para que os lastros, não impossiveis mas já debilitados, assistissem á *degringolade* da taxa cambial.

Snr. Presidente, o nobre Deputado, referindo-se tambem ao art. 4 do projecto, em que é estabelecido que o fundo de garantia será constituido em metal ou em coisa equivalente... « Art. 4. O fundo de garantia será constituido em metal ou seu equivalente e depositado em um estebelecimento bancario de Londres, devendo os juros do deposito assim constituido ser incorporado ao mesmo fundo. » referiu-se n'esta occasião ás palavras com que tive a honra de apresentar esse projecto á consideração e aprovação da Casa e acrescentou que os motivos do Governo para pedir que esse deposito seja feito em bancos de Londres, não eram aquelles a que tive occasião de me referir, quando foi da mimha exposição feita a esta Camara.

Creio que o nobre Deputado não preciza aprofundar o problema para saber disto, desde que o nobre Deputado

foi o primeiro a declarar que o projecto era governamental, desde a primeira á ultima linha, com todos os seus pontos e virgulas.

Não precizava o nobre Deputado ouvir o meu discurso para produzis esta razão; bastava um pouco mais de attenção e a leitura do projecto, visto, como creio que ao nobre Deputado só falta collocar um — porque — no periodo, para se saber perfeitamente a razão da disposição.

Diz o artigo.

« Devendo os juros etc. etc.

Está ahi a razão da disposição.

O Snr. Serzedello Corrêa. — Dahi não se pode inferir isto; o juro pode perfeitamente ser pago em papel e convertido em ouro.

O Snr. Augusto Montenegro. — Então V. Ex. não acredita muito na razão do projecto, na razão apresentada pelo Governo.

V. Ex. veiu hoje á tribuna e declarou que a razão governamental da disposição do art. 4 era a referente aos juros.

O Snr. Serzedello Corrêa lê o parecer da Commissão.

O Snr. Augusto Montenegro. — A razão é outra, disse S. Ex., está nos juros, mas diz agora que ella não prevalece, porque, aqui no paiz teremos melhores juros do que no estrangeiro.

O Snr. Serzedello Corrêa. — Não disse isto.

O Snr. Paula Ramos. — Quem disse fui eu.

O Snr. Augusto Montenegro. — O nobre Deputado ha de permittir que eu volte ao assumpto das minhas declarações por occasião da apresentação do projecto. Declarei

á Camara que uma das razões do deposito em Londres, era a de garantir melhor a seriedade do que se queria fazer e a melhor execução d'essas medidas.

Esta é uma opinião individual minha, e folgo enormemente de vel-a corroborada pela historia.

O Snr. Serzedello Corrêa. — Ha de permittir contra isto que se quer dar ao Governo.

O Snr. Augusto Montenegro. — Esta é uma questão delicada.

O Snr. Serzedello Corrêa. — Supponha V. Ex. que o Governo quer gastar este fundo de garantia, quem lhe porá obstaculo a isto ?

O Snr. Rotschild ?

O Snr. Augusto Montenegro. — Niguem, mas preciso explicar a V. Ex. a minha opinião a respeito.

Disse que a historia financeira corroborava a minha opinão e não preciso repetir a historia d'esses lastros para mostrar qual o destino que elles tiveram.

Perdoe-me a Camara referir-me a este assumpto; não estou deprimindo instituição nem pessoa alguma, mas, o nobre Deputado sabe perfeitamente que as grandes dividas do banco d'esta capital para com o Governo provieram exactamente dos grandes depositos feitos pelo Governo n'esses bancos.

Enquanto o Governo fazia depositos muito avultados, mais tarde devido á situação bancaria, quando quiz recebel-os não o poude fazer; e forçado pelas circumtancias foi obrigado a sugeitar-se a um contracto em que fez grandes vantagens e no qual perdeu grande parte do capital que lhe pertencia.

O Snr. Cassiano do Nascimnento. — O accôrdo Bernardino.

O Snr. Augusto Montenegro. — Era uma situação da qual elle não podia fugir; digo, porém, em vez de accôrdo Bernardino, accôrdo Manuel Victorino.

Mas dizia eu, a observação que fiz entende-se tambem com a experiencia que temos dos lastros depositados. Sou o primeiro a confessar que, se o Governo tocou nestes lastros, foi por motivos de alta monta.

Não estou porém, examinando essa face da questão.

Digo que o Governo bem ou mal, com ou sem razão, de accôrdo com o interesse publico, ou contra esse interesse, tocou n'estes lastros, esgotou-os e foi obrigado a assummir a responsabilidade das notas em circulação.

Tocou, embora se diga que devia fazel-o mas sem dar ao publico os esclarecimentos que os portadores de notas tinham o direito de exigir, afim de saberem o que era feito da garantia do papel que tinham em suas mãos.

Acho ainda que este fundo de garantia deve ser estabelecido em Londres, não porque o Governo fique tolhido de tocar neste lastro, quando a situação ou emergencias o aconselharem a fazer por este ou por aquelle motivo; mas, estou certo de que se tocar nelle haverá a publicidade precisa e nessa publicidade estará o correctivo para os proprios actos do Governo.

Estou certo que em dadas condições de excepcional gravidade, quando existirem motivos os mais plausiveis e que obriguem o Governo a usar dos ultimos recursos da Nação, elle o fará, mas, com a publicidade necessaria e todos saberão o que fez e porque fez, de modo que

todos poderão bem apreciar as circumstancias que a isso o levaram para a garantia do papel em circulação. Este é o meu modo de ver individual.

Ahi está, Snr. Presidente, a explicação que julgo dever dar ao nobre Deputado, que disse que eu quiz injuriar os governos passados e infamar os futuros; meu intento foi apenas prevenir o Governo contra o proprio Governo.

Quiz estabelecer a verdadeira publicidade nesses negocios e a esse pensamento tambem obedece a disposição do projecto que manda que o Governo publique mensalmente o estado do papel-moeda em circulação.

Era esta a explicação que julguei dever dar a S. Ex. esperando....

O Snr. Serzedello Corrêa. — Deveria tambem mandar publicar mensalmente o estado do fundo de garantia.

O Snr. Augusto Montenegro. — que S. Ex. não insistirá mais em attribuir-me uma intenção que não tive.

Snr. Presidente, vou ao assumpto do art. 5.

« Art. 5. É extincto o direito de emissão concedido ao Governo pelas leis de 29 de Maio de 1875, 15 de Junho de 1885 e 25 de Setembro de 1893. »

Snr. Presidente, estou de accôrdo com o nobre Deputado, sobre os intuitos patrioticos, sobretudo, da lei de 1875.

Ella veiu satisfazer a uma necessidade, em um paiz de circulação de papel inconvertivel.

Snr. Presidente, nos paizes em que o papel não tem a elastecidade precisa para que se possa attender ás emergencias graves em um momento de crise, esta lei é de grandes vantagens; mas, permitta o nobre Deputado que lhe diga que nos paizes em que a circulação é sobre a base de

ouro, tambem esta elastecidade não é completa, ja nelles têm-se dado crises provenientes da falta de moeda, oriundas do proprio systema adoptado.

Lembro ao nobre Deputado o facto occorrido ha muito tempo, na Inglaterra.

O Banco da Inglaterra soffreu uma corrida nos seus depositos de ouro; pela sua constituição elle tinha de recolher o papel á proporção que ia dando sahida ao ouro; e esta corrida não era oriunda da situação financeira do banco, mas sim de grandes pedidos da America do Norte.

O banco teve de recolher o papel correspondente ao ouro que era obrigado a entregar, dando-se naturalmente a crise.

A taxa de desconto subiu despropositadamente, mas, apezar disto, o banco viu-se em uma situação critica, com a diminuição do seu stock metalico.

Que se deu? O banco teve de pedir ouro para sobre elle emittir; e, facto singular, o banco da França emprestou ao da Inglaterra 70 a 80 milhões de francos, que foram transportados para as caixas d'este ultimo.

Deu-se em seguida a emissão, sentindo-se a praça immediatamente desopprimida.

Novamente voltou o ouro da America e o banco restituiu em curto praso ao banco da França as sommas que lhe havia pedido emprestadas.

Pelo que acabo de descrever, verifica-se que o proprio systema de circulação sobre base metalica tem suas difficuldades, e que obriga os bancos, como o de Inglaterra, a usar do recurso que expuz.

Seria muito mais facil o Governo autorizar o banco a emittir.

Com aquelle exemplo eu quiz demonstrar um facto constatado por todos os escriptores: que o alludido systema de emissão em base ouro tem difficuldades enormes nos momentos de crise para preencher completamente os seus fins.

Tanto isto é verdade que, desde que estas difficuldades surgem, até certo ponto, é natural a intervenção do Governo e muitas vezes elle tem intervindo para estabelecer o curso forçado.

Cito o caso da França durante a guerra de 1871, onde o Governo por suas grandes necessidades teve de influir, sobre o stock metalico do banco, concedendo-lhe em paga o curso forçado para suas notas.

Eu não digo novidade ao nobre Deputado quando affirmo que o systema francez é differente do inglez; nem a conversibilidade de notas em França é uma realidade real, porque o Banco de França tem o direito de pagar em moedas de 5 francos, de prata, que estão hoje grandemente depreciadas.

Isto serviu para o Banco de França estabelecer uma taxa quasi invariavel de descontos, o que não pode fazer o Banco de Inglaterra, porque é obrigado a restituir em ouro o valor de suas notas.

Mas, o direito, que o Banco de França tem de pagar com peças de 5 francos desvalorizadas, o colloca em circumstancias mais favoraveis que o de Inglaterra no momento de crise, em que é preciso ajudar o commercio e a industria.

Com este exemplo quiz demonstrar que todos os systemas financeiros nos momentos de crise passam um mau quarto de hora e que mesmo aquelle aconselhado como ideal, em paizes de circulação sobre base de ouro, encontra obstaculos difficeis de vencer e que o curso forçado é recurso extremo, só por vezes empregado.

Assim sendo, volto a tratar da lei de 1875.

Neste ponto estou de accôrdo com S. Ex.

Aquella lei veiu satisfazer uma necessidade da circulação do papel. Mas, quaes são as applicações que se têm dado á lei de 1875 e outras de que trata o projecto?

Se muitas vezes ella serviu para ajudar a praça nas occasiões anormaes, quando esta precizava de papel, devido já á retracção do credito, já á retirada do papel para o interior, em muitas outras ella tem servido para satisfazer ás necessidades do Governo.

E longe de ser o commercio que ia ao Banco pedir recursos e este ao Thesouro, era o Thesouro que ia ao Banco, contornando a lei de 1875, arranjar recursos de que necessitava para occorrer ás despezas da Nação.

Ora isto é desvirtuar o pensamento da lei de 1875 e ella não pode continuar com este intuito, porque seria então uma porta aberta para dar sahida ás emissões por assim dizer clandestinamente, sem que o publico saiba.

O Governo tem por um lado de attender á necessidade de fechar todas as portas por onde elle pode passar para fazer emissões; preciza tambem por outro lado de cogitar de um meio, afim de poder diminuir os males provenientes da cassação de uma amortização que em alguns momentos de vida nacional tem prestado relevantes serviços.

Não estou longe de acreditar que o recurso da lei de 1875 seria melhor do que este do projecto, mas os abusos dessa lei são de peiores consequencias do que os poucos males que podem advir da disposição do art. 6.

Ahi se autoriza o Governo a usar do fundo de garantia para com elle, dentro de certos limites, occorrer ás necessidades da praça em momentos de crise excepcional; note bem a Camara que não fallo das necessidades do banco.

Nós vimos, Snr. Presidente, de atravessar um periodo de crise muito grave. De certos annos para cá o commercio tem-se debatido em verdadeiras angustias e estou certo de que nestes ultimos tres annos, em que lhe têm amargado mais profundamente os nossos erros e desatinos financeiros, elle não teve occasião de recorrer á lei de 1875. Se se tem usado dessa lei ha sido com outro intuito.

Portanto a disposição do art. 6 tem applicação excepcional; ella só será applicada em casos mais graves do que o que atravessamos.

Cassando esta lei, concôrro tambem para um regimen de publicidade que quero ver introduzido no serviço das emissões em nosso paiz, fechando de vez essa porta por onde podia o Governo passar, se quizesse fazer uma emissão que não as destinadas aos intuitos dessa propria dispozição legislativa.

Já se vê pois, que se me afigura que os abusos da lei de 1875 são tão graves que prefiro a disposição minguada do projecto actual á continuação abusiva d'aquelle texto legal.

O nobre Deputado, Snr. Presidente, indagou o que eu queria dizer com a phrase — metal ou seu equivalente.

Snr. Presidente, em um projecto sobre reorganização financeira, entendo que estabelecidos os principios cardeaes, delimitada a acção do Governo e bem marcadas as linhas do projecto, deve-se deixar ao Poder, que tem competencia para executar o plano uma certa largueza, no sentido de obviar inconvenientes possiveis e que não podemos prever em muitos casos. Em um plano destes, em situação como a nossa, em que não raro se dão casos extraordinarios, tolher o Governo dentro de limites restrictos da lei é fazer um mal ao paiz, impedindo o mesmo Governo de realizar o bem que é possivel, tratando-se de medidas que applicadas com largueza dariam muitas vezes bom resultado.

O Snr. Barboza Lima. — E esta quantia prefixada não será um dos limites?

O Snr. Augusto Montenegro. — Lembro a V. Ex. que no meu projecto originario fixei quantia maior, mas o Governo reduziu.

Elle foi o juiz da situação e conformei-me.

A lei de 1875 fallava em 25.000 contos e elle estabeleceu 15.000.

Pensa que, como se retira do stock ouro esta quantia, isto fará mais impressão sobre e mercado de que a emissão de 25.000 contos em papel.

Mas, como dizia, queria deixar uma certa largueza ao Governo para agir como julgar mais conveniente. A este intuito prendem-se duas medidas do projecto: a primeira que é a passagem do fundo de resgate para o de garantia e viceversa, se o estado de circulação e o da taxa cambial o exigirem, e a segunda permittindo ao Governo estabelecer

esse fundo de garantia em metal ou seu equivalente. Acredito que o Governo porém, comprando consolidados inglezes, pode em certos casos fazer uma operação de credito de primeira ordem.

Tanto quanto as cousas humanas podem ser garantidas, o emprego d'este fundo nesses titulos, parece-me, não correrá risco algum.

Os consolidados inglezes são hoje titulos universaes, de valor indiscutivel e sobre elles se architectam grandes operações financeiras.

Deixando esta liberdade ao Governo, d'ahi podem resultar mais vantagens para Thesouro; se convier, elle fará o deposito em metal e se não, poderá convertel-o em titulos equivalentes.

O Snr. Barbosa Lima. — Isto significa o equivalente.

O Snr. Augusto Montenegro. — As larguezas que concedi ao Governo na execução do plano, já permittindo que elle empregasse os dous fundos, fazendo reverter um em favor do outro, já permittindo que elle fizesse esse deposito em Londres em metal ou no seu equivalente.

Creio, Snr. Presidente, que toquei em todos os pontos....

Um Snr. Deputado. — E brilhantemente.

O Snr. Augusto Montenegro. — a que se referiu o nobre Deputado pelo Pará em seu discurso, demonstrei cabalmente que o projecto obdece a um plano geral e para este plano e seus detalhes chamo a attenção dos nobres Deputados.

Resumindo a minha argumentação no sentido de pedir a adopção deste plano, peço venia ainda á Camara para synthetizar o que venho dizendo.

Hoje não temos mais liberdade moral para discutir theorias e doutrinas financeiras; o accôrdo a que ligamos a nossa honra e o nosso credito obriga-nos a com lealdade e sinceridade applicar os principios nelle contidos. O principio basico do accôrdo de Londres é que devemos encaminhar a nossa politica financeira para o lado do resgate do papel-moeda e sua consequente valorização.

O Snr. Barbosa Lima. — E d'aqui a tres annos?

O Snr. Augusto Montenegro. — Pergunta o nobre Deputado — e d'aqui a tres annos?

O Snr. Barbosa Lima. — É apenas uma aprehensão.

O Snr. Augusto Montenegro. — Respondo ao nobre Deputado.

Se este projecto attingir os seus intuitos como creio, como crê a Commissão de Orçamento e como espera o Governo; se conseguirmos valorizar em certas proporções o nosso meio circulante, desopprimindo-o, estou certo de que, no dia do vencimento do accôrdo, nós estaremos em condições de restabelecer os nossos pagamentos no exterior.

O Snr. Barbosa Lima. — Mesmo com o augmento dos dez milhões sterlinos?

O Snr. Augusto Montenegro. — Pergunto ao nobre Deputado: se nós supportámos com o cambio a 8 a pressão da nossa divida externa, que é avultada, e o pagamento de titulos internos, em ouro, só pedindo misericordia á ultima hora, na ultima extremidade, quando nós não acreditámos que essa taxa viesse a melhorar; pergunto ao nobre Deputado, dada a valorização do nosso meio circulante, ainda que moderadamente, dado que melhore aquella taxa, já pelas medidas adoptadas neste projecto que se

referem á situação financeira, já pela adopção de outras medidas de caracter economico a que allude o governo em sua mensagem e que o paiz está pedindo, e uma vez melhorada esta taxa cambial, que é por assim dizer o pivot em torno do qual gira a situação economica e financeira do paiz, — em que influirão as 500.000 libras sterlinas dos juros do *funding? (Apartes)*.

Volto então a fazer algumas considerações a este respeito, considerações que ja tive opportunidade de externar em artigos na imprensa.

Estou certo, Snr. Presidente, que o problema financeiro entre nós deve ser resolvido, tendo-se em vista tres pontos.

Primeiro: a valorisação do meio circulante é a medida urgente, indispensavel, actual, sem a qual pouco poderemos conseguir; senão desopprimirmos o paiz dessa taxa cambial, nós nada poderemos fazer.

Segundo: a situação economica do paiz devida á crise do café, a que se refere o nobre Deputado pelo Pará. Esta situação encontra solução em medidas que forem adoptadas por nós e pelo Governo e principalmente na evolução que as proprias fontes de producção atacadas pela crise hão de forçosamente fazer. Nós estamos vendo que esta transformação economica se vae operando entre dores, lamentos e angustias, e não é hoje segredo para ninguem o grande desenvolvimento da cultura de cereaes em Estados aptos para os produzirem. *(Apartes)*.

Mas, como ia dizendo, Snr. Presidente, o proprio paiz ajudado pelas medidas auxiliares que o Governo pedirá á Camara e que, estou certo, lhe não serão negadas, resolverá a crise economica, como a está resolvendo pela volta ás

antigas lavouras e pelo que se chama o problema de polycultura.

Os mesmos phenomenos economicos que fizeram com que os preços altos do café impellissem para a sua lavoura os braços que estavam occupados em culturas menos rendosas, farão com que se estabeleça o equilibrio e que estes braços voltem de novo ás culturas que fizeram outr'ora a nossa honra e a nossa prosperidade.

O terceiro ponto está em medidas que ao certo serão tomadas para a *reprise* dos pagamentos.

Acredito que o Governo não se descuidará, tomando essas medidas, afim de que entremos no regimen do pagamento integral dos nossos compromissos internos sem abalos e sem collisão.

Estou convicto de que será um periodo difficil de atravessar, mas, se o Governo com antecedencia tomar precauções no sentido de melhorar a situação financeira, precauções indispensaveis e precizas que a experiencia aconselha, a situação não peiorará, porque o proprio Governo poderá preparar-se de modo a não entrar de chofre no mercado.

Cito á Casa um facto que se está passando agora: ao mesmo tempo que o Governo está queimando papel-moeda, tem remettido cambiaes, saques para a Europa, saques que constituem o fundo de que falla o accôrdo, que é tambem destinado á *reprise* dos pagamentos.

Veja V. ex. que estas idéas não têm sido esquecidas pelo governo, que ellas têm constituido objecto de suas cogitações e que elle desde já se premune dos elementos precisos na *reprise* dos pagamentos de metal.

Creio, Snr. Presidente, que toquei em todos os pontos,

sobre os quaes o nobre Deputado pelo Pará julgou azado trazer as suas divergencias ao seio da Camara.

Termino, Snr. Presidente, pedindo á Camara que aprove este projecto; e estou certo de que o vendo aprovado, como espero do patriotismo da Camara, a quem peço para esquecer divergencias de ordens secundarias e para só examinar o projeto em globo e ver os seus beneficos effeitos, quando elle pertencer ao dominio das cousas praticas, a Camara terá prestado com isto um serviço ao paiz, sendo que esta collaboração franca, leal e sincera entre os poderes constituidos da Republica só servirá para mais a engrandecer e fazer prosperar. »

(Muito bem, muito bem. O Orador é cumprimentado).

Nota. — Este discurso, não revisto pelo auctor, foi copiado do *Diario do Congresso* e soffreu pequenas alterações lexicas, que lhe não modificam o sentido.

OPRIMEIRO QUATRIENNIO

Atravessando a politica paraense uma phase especialissima, em virtude da posição partidaria assumida nos ultimos tempos do seu governo pelo Dr. Paes de Carvalho, que observara durante um triennio os intuitos dos dous partidos oppostos, por um dos quaes deveria optar, pois que se não faz politica sem o concurso dos homens prestimosos e bem intencionados; e assente, como ficou, no seio do Partido Republicano a annullação da candidatura do Dr. Justo Chérmont ao governo do Estado, por causas que foram epistolarmente expostas a S. Ex., então na Capital Federal, pelo Senador Antonio Lemos, legitimo chefe da fortissima agremiação politica, — as necessidades da occasião ajudadas pelo dever do reconhecimento indigitaram naturalmente o nome aureolado de Augusto Monte :egro para continuar na cathedra administrativa a obra de pacificação e concordia tão plausivelmente iniciada pela sabedoria politica de Paes de Carvalho, o integerrimo estadista que faz honra a sua patria, não só pela bizarra cultura dos seus talentos mas tambem pela omnimodalidade das suas aptidões, que vão das lettras á medicina, e sobretudo,

(porque são taes sentimentos os que mais elevam a dignidade humana, estabelecendo esta barreira immensa entre os racionaes e os brutos) pelas virtudes magnanimas do seu grande coração, esse tabernaculo de piedade tão amplamente aberto ás dores, ás afflições, aos desalentos e ás neccessidades dos seus similhantes.

Não era apenas, por tanto, uma lacuna politica mas essencialmente moral essa que Augusto Montenegro foi chamado a preencher, pelo afastamento de Paes de Carvalho, cuja estatura magnifica de clinico e de estadista não cabe certamente na rude estreiteza destes conceitos.

Para os raros homens que levam a serio o desempenho dos seus encargos e que fazem do cumprimento do dever um acto de imperturbavel serenidade, não seria em verdade um posto de delicias este tão almejado, que as imperiosas necessidades occasionaes impunham a Augusto Montenegro, sem lhe permittirem o direito de renuncia, incabivel no caso, pela gravidade do momento.

A acceitação desse nobre mandato traduzia consequentemente a insensatez de um leviano sem a religião dos escrupulos ou a serena confiança de uma firme vontade, que é a força estatica do *Eu* e a affirmação irrevogavel dessa feição typica no homem, que se chama caracter.

Augusto Montenegro estava na segunda hypothese. Medira bem a gravidade da emergencia e aprovera-lhe ao seu austero temperamento de luctador intellectual, com as proporções legitimas de um athleta phisico, o desafio dessas tremendas difficuldades oppostas em barreira á potencia experimentada do seu disciplinado querer.

Depois de suffragado victoriosamente o seu nome e

postas de parte as peripecias correlatas com as manobras da opposição, o governador eleito prestou a affirmação legal perante o Congresso em 1 de Fevereiro de 1901.

Dados os seus precedentes de economista pratico e theorico e achando-se o erario paraense em difficuldades extremas, na sua maioria determinadas pela crise commercial, que estava então no seu auge, o Dr. Augusto Montenegro devia adoptar a politica financial, ja differenciadamente applaudida e defendida por elle mesmo, como *leader* da maioria, nos prodromos do governo do Dr. Campos Salles, presidente da Republica.

As medidas de economia administrativa só podiam ser tomadas com a supressão de muitos cargos, decorrente de uma reforma completa nas repartições publicas. Foi esse o primiero acto do Dr. Augusto Montenegro e aqui o mencionamos para uma conclusão critica, que define eloquentemente os severos intuitos inherentes ao seu animo, quando acceitou a gestão suprema dos negocios do estado.

Tendo-se em vista a organização politica dos estados da nossa Republica, sabe-se que todos os cargos publicos são preenchidos por eleitores, que integram por sua vez a collectividade do partido dominante. Ja era tambem assim nos passados tempos do Imperio.

Pois bem, foi lesando o interesse de seus eleitores, que o Dr. Augusto Montenegro, logo ao inicio da sua administração, suprimiu os empregos ja mencionados, dando assim mostras inilludiveis do seu programma de restauração financeira, ainda mantido presentemente sem o minimo desvio ou menor vacillação. O estadista republicano só tendo em mira a prosperidade publica, que assenta a

sua firmeza nas bases do credito, cerrou os ouvidos aos justos clamores das partes para salvar o todo e traçou-se com tal procedimento uma linha de conducta, que apregoamos inedita nos annaes do nosso regimen. E tão séria e decisiva foi a sua attitude salvadora que os decontentes se resignaram, perante a clarissima razão de estado, em que se fundamentavam esses actos de reforma.

Copio textualmente da *Gazeta de Alenquer,* sem acceitar entretanto o criterio de algumas conclusões, que destoariam da feição critica e imparcial deste livro, a seguinte resenha dos melhoramentos emprehendidos pelo Dr. Montenegro durante o seu quatriennio.

« Assim reduzidas as despezas publicas e rigorosamente fiscalisadas as rendas do Estado, suspensas obras adiaveis e que consumiam grandes sommas, satisfeitos pontualmente os compromissos da nova administração, o credito publico começou a renascer. Foi então que o Snr. Dr. Montenegro, auctorisado previamente por lei, iniciou as negociações para um emprestimo externo, com o fim de consolidar a divida pubblica e attender aos multiplos serviços urgentes, de sorte a não entorpecer o progresso do Estado. N'esse tentamen encontrou o Snr. Dr. Montenegro o auxilio efficaz e dedicado do eminente Snr. Dr. Paes de Carvalho, a quem confiou a ardua tarefa de tratar da importante operação financeira, que se realizou a despeito das intrigas e machinações dos adversarios, levadas até ao extrangeiro em noticias alarmantes, com que tentavam o descredito do Estado, obra de impatriotismo, digno de todas as supremas condemnações.

Taes machinações, porem, não surtiram effeito.

Em melhores condições que o proprio emprestimo federal *(Funding Loan)* feito pouco antes, conseguiu o Snr. Dr. Augusto Montenegro realizar o emprestimo externo, esmagando por completo os detractores dos creditos do Estado, que se firmaram desde logo vantajosamente; e não fosse a certeza de que o governo do Estado se achava em mãos habeis e competentes, não fosse a confiança na energia de caracter e impolluta probidade do Snr. Dr. Augusto Montenegro e do seu eminente representante, o Snr. Dr. Paes de Carvalho, certo que teria fracassado a valiosa operação financeira, fracasso para o qual os adversarios do governo e do partido empregaram, como já dissemos, todos os recursos, desde as intrigas de jornal até a miseria de correspondencias anonymas para o extrangeiro.

Assim, a victoria do emprestimo não foi somente a do credito do Estado, mas tambem uma victoria pessoal do Snr. Dr. Augusto Montenegro.

Na mensagem que, a 7 de Setembro do corrente anno, dirigiu ao Congresso Legislativo, o Snr. Dr. Montenegro resume, com precisão e claresa, nos seguintes periodos, a necessidade do emprestimo, as vantagens com que foi feito e os beneficos resultados que trouxe ao erario publico, ás operações commerciaes e ao proprio interesse privado.

Assim diz a mensagem :

« O emprestimo externo foi o complemento necessario da politica de grandes economias adoptadas pelo governo; veiu liquidar uma situação penosa. »

E de facto era penosa a situação do thezouro, que,

sem recursos outros, tinha de fazer face, com a receita ordinaria, aos encargos multiplos da administração e aos que se originavam de uma divida fluctuante avultada. A operação, portanto, tornava-se necessaria e urgente, e de seus beneficos resultados o Dr. Montenegro dá conta nos seguintes topicos da alludida e substancial mensagem:

« O emprestimo, pois, teve para nós a suprema vantagem de, reduzindo actualmente a quota annual para juros e amortisação, dar-nos ao mesmo tempo recursos para pagar a nossa divida fluctuante, desobstruindo o nosso caminho do grave impecilho em que elle estava convertido. No momento actual, despendemos pouco mais de 1.600 contos, papel, contra 2.000 contos que outr'ora despendiamos.

Ainda o emprestimo externo desannuviou o nosso futuro, modificando a natureza do capital da nossa divida e dos respectivos juros.

Se o cambio continuar em sua marcha ascendente, o serviço da nossa divida soffrerá as fluctuações da nossa receita, constituida principalmente por uma taxa *ad valorem*.

Por outro lado, a operação realisada pelo governo collocou na mão dos proprios capitalistas nacionaes um titulo muito superior aos dos emprestimos internos, pois, tendo collocação franca em Londres e em Paris, serve perfeitamente de base a operações commerciaes de vulto. »

Desafogada a situação do thezouro, o Snr. Dr. Montenegro entrou resolutamente em outra ordem de serviços e, assim, iniciou os reparos, transformações e reconstruc-

ções de que careciam os proprios estaduaes, a começar pelo palacio do governo, que por seus ingentes esforços passou afinal á propriedade do Estado, e no qual tem S. Ex. feito completa reforma, de sorte a poderem funccionar n'elle todas as secretarias de Estado e as repartições da fazenda, das aguas e da saúde publica.

Concluiu ainda as obras do Instituto Lauro-Sodré, dotando esse importantissimo estabelecimento, talvez, no genero, o primeiro do paiz, com officinas completas, onde os mais modernos machinismos auxiliam os trabalhos de centenas de meninos artifices, que ali recebem educação e instrucção.

Para a Eschola Normal, o ninho d'onde devem sahir os mestres que têm de levar o evangelho da instrucção primaria á todos o recantos do Estado; para a Eschola Normal, repetimos, tem o Snr. Dr. Montenegro voltados os seus melhores cuidados. Com a reforma regulamentar, reformou o edificio, mandou construir a ala direita, e transformou a Eschola modelo em grupo modelo, no qual fazem exercicios praticos os alumnos-mestres, collocando assim esse antigo curso annexo no plano do ensino publico primario do Estado.

O serviço das aguas tem merecido desde os primeiros dias de seu governo, os mais dedicados cuidados do Snr. Dr. Augusto Montenegro. Luctava-se então com a falta de agua e, suspensos os serviços, feitos novos estudos, foram promptamente iniciados trabalhos de valor, melhorando-se a captação existente, captando-se outras fontes e mananciaes e renovando-se a canalisação em toda a cidade. Muito embora ainda continuem esses serviços, o que está

feito representa seis vezes mais do que havia ao tempo em que S. Ex. assumiu o governo. Actualmente acha-se a capital supprida regularmente de agua, cujo volume é de 12 milhões de litros por dia, quando era apenas de 2 milhões ao assumir o governo o Snr. Dr. Montenegro.

*
* *

No que concerne á instrucção publica, a obra do Snr. Dr. Augusto Montenegro é de extraordinario relevo. Acceitou a transferencia para o Estado da Faculdade Livre de Direito e promoveu a creação da Eschola de Pharmacia, ambas hoje reconhecidas pelo governo federal e equiparadas ás escholas officiaes da Republica, facilitando assim o ensino superior á muitos paraenses aos quaes a defficiencia de recursos privava de ir instruir-se n'outras capitaes, onde existem escholas superiores.

De par com o ensino superior, reformou o ensino secundario, dando ao Gymnasio Paes de Carvalho e á Eschola Normal novos moldes; o ensino profissional, technico, remodelando o Instituto Lauro-Sodré; e o ensino primario, dando novo regulamento ao Instituto Gentil-Bittencourt e aos grupos escholares e escholas isoladas do Estado, uniformisando os planos e programmas, ampliando a creação dos grupos, instituição iniciada pelo espirito superior do eminente Snr. Dr. Paes de Carvalho, quando governador, e seguida firmemente pelo Snr. Dr. Montenegro, que tambem a ramodelou d'accôrdo com os ensinamentos da experiencia e a hodierna evolução pedagogica.

No pé em que actualmente se acha o ensino publico do Estado, nada podemos invejar aos Estados mais adiantados da Republica.

Outro estabelecimento publico, que é um orgulho para o Estado, o Museu Goeldi, ha recebido os melhores cuidados do Snr. Sr. Montenegro, que tem facilitado ao seu sabio director os recursos precisos para o ampliar e dotar de todos os melhoramentos compativeis com o seu fim. Muitas obras estão feitas e outras acham-se em andamento, não sendo poupados sacrificios do erario publico para manter o Museu n'altura da grandesa e opulencia d'esta privilegiada região. O Museu Goeldi é hoje indicado pelos sabios como um dos mais importantes do mundo.

Continuando a despensar o auxilio do Estado á Eschola Pratica do Commercio e ao Instituto Benjamin Constant, o Snr. Dr. Montenegro tem contribuido para a manutenção dessas duas utilissimas instituições de ensino.

A educação dos indigenas ha tambem attrahido a attenção do Snr. Dr. Montenegro, que estabeleceu na colonia do Prata um internato para cada sexo, sob a denominação de Instituto da Infancia Desvalida Santo Antonio do Prata, em edificio que, para esse fim, fez construir e onde se asylam já centenas de pequenos indigenas, voluntariamente levados das tribus sob a benefica influencia dos Capuchinhos lombardos, que dirigem o estabelecimento. E, de accôrdo com a proposta que, em sua ultima mensagem, dirigiu ao Congrerso, votou este recentemente uma lei auctorisando o Snr. Dr. Montenegro a fundar mais dous desses institutos nos logares que julgasse convenientes.

*
* *

Passando aos serviços de viação, é notavel o impulso que do governo do Snr. Dr. Montenegro tem resebido a Estrada de Ferro de Bragança, a qual está sendo dotada de novas officinas nas terras de Marituba (antiga fabrica de papel) adquiridas pelo Estado e onde tambem está fazendo construir uma villa operaria. A estrada de ferro Benjamim Constant, systema *Decanville*, ligando a colonia Benjamim Constant ao porto de Sapucaia, fronteiro á cidade de Bragança, foi, antes mesmo de sua conclusão pelo empreiteiro, recebida e mandada reconstruir e terminar, construindo-se tambem uma linha telegraphica, festivamente inaugurada á 7 de Setembro ultimo, acrescendo que é pensamento de S. Ex. prolongal-a até o rio Gurupy, limite do Estado com o do Maranhão.

Em construção está o ramal da Estrada de Ferro de Bragança, ligando a capital á bella e aprazivel villa do Pinheiro, que dentro em pouco será um centro d'attracções, como já é o desafogo da população da capital, e esse ramal será um relevantissimo serviço que S. Ex. vae prestar a saúde publica, facilitando o transporte para aquella localidade, que é incontestavelmente um verdadeiro sanatorio, tal a benignidade de seu clima.

Em relação á navegação a vapor, o Snr. Dr. Montenegro tem procurado mantel-a regularmente, embora aliviando o erario publico, mas sem prejuizo do serviço.

A saúde publica recebeu no governo do Snr. Dr. Montenegro o mais decidido e meticuloso cuidado. Passando

a repartição de hygiene para vastos commodos a esse fim adaptados no lado esquerdo do palacio do governo, S. Ex. dotou-a com importante laboratorio e pharmacia, creando a assistencia publica medica e medicamentosa. E assim é que, diariamente, a pobresa é ouvida por profissionaes e ali mesmo soccorrida com os necessarios medicamentos, na pharmacia do Estado, sempre bem provida e criteriosamente administrada. Tão importante tornou o Snr. Dr. Montenegro a Repartição de Saúde do Estado, que é considerada talvez a primeira do paiz, sendo, incontestavelmente, a primeira do norte. E a prova tivemol-a no fim de 1903 e principio do corrente anno, por occasião da invasão da peste bubonica, em que o seu escolhido corpo medico, sob a profisciente direção do Dr. Francisco Miranda, distincto bacteriologista, não teve difficuldades que não vencesse e, sem medir fadigas e sacrificios, resolutamente tomou a offensiva, em pouco tempo, proclamando a victoria da sciencia contra o morbus devastador. O Snr. Dr. Montenegro, n'esses tristes dias em que o panico se desdobrou sobre a população, foi de uma correcção admiravel, attendendo a tudo e tudo fiscalisando, tendo apparelhado a Repartição de Saúde para luctar e vencer. E tanto assim o comprehendeu a pupulação, que a 1° de Fevereiro ultimo, quando completava S. Ex. o terceiro anno de seu governo, lhe fez uma brilhante manifestação, verdadeira apotheose, indo levar-lhe cumprimentos uma grande commissão, composta de senhoras das mais respeitaveis familias e cavalheiros sem distinção de cor politica e de nacionalidade, porfiando todos em significar a S. Ex. a gratidão publica pela energia e correcção que empregou para libertar o Estado do flagello que havia invadido a capital. »

*
* *

Alem de melhoramentos que ha effectuado na capital, o Snr. Dr. Montenegro fez construir um Edificio para cadeia e outro para grupo escholar na villa Castanhal e tem em construcção o edificio para o grupo escholar na villa Santa Isabel. Estas duas localidades ficam á margem da ferro-via de Bragança, no municipio da capital. Está mandando construir uma ponte no littoral da cidade de Santarem; fez terminar a de Abaeté; auxiliou a construcção da de Soure e está promovendo a construcção da nova ponte de Gurupá.

No territorio de Aricary, que o Laudo Suisso reconheceu brasileiro e foi encorporado ao territorio do Estado ao iniciar o Snr. Dr. Montenegro o seu governo, tem S. Ex. feito quanto é possivel para o povoamento e progresso. A villa do Amapá, séde da comarca e municipio de Montenegro, merecida denominação que lhe foi dada por lei do Congresso, está servida hoje por uma utilissima ponte publica, possúe edificios do Estado e tem uma mesa de rendas. A comarca acha-se provida e regularisados os serviços da administração. Actualmente, o Snr. Dr. Montenegro está fazendo localisar colonos nos lotes sub-urbanos da villa, que, por seus desvelos, dentro de alguns annos, será uma das mais prosperas cidades do Estado.

Conclue-se da vasta enumeração de tantos melhoramentos que o Dr. Augusto Montenegro não se enganara na consulta tácita que fizera ao seu animo, quando teve de acceitar o mandato de confiança, imposto pelos seus amigos politicos e no qual se deviam tão superiormente

RESIDENCIA DE AUGUSTO MONTENEGRO

revelar as suas aptidões magnificas de excellente administrador.

A sua honestidade, o seu criterio e os seus escrupulos na applicação parcimoniosa dos dinheiros publicos tornaram-se cousas proverbiaes nos circulos da cidade. Os fornecedores do Estado não têm intermediarios. Intendem-se directamente com o Governador, que possue um archivo de preços correntes para tratrar as compras e julgar *a priori* as intenções veridicas do proponente. Elle sabe de cór os preços varios do carvão de pedra que o Estado tem de importar e até mesmo o custo de uma blusa ou par de cothurnos manufacturados no Instituto Lauro-Sodré, um estabelecimento profissional que faria honra ao paiz mais culto e que deve a sua remodelação, na conformidade da pedagogia moderna, aos incansaveis exforços do Dr. Augusto Montenegro.

Elle mesmo diz que administra os dinheiros publicos como zela criteriosamente a sua fortuna particular.

A sua vida de homem, pautado pelos preceitos da mais rija moral, tambem define o cidadão integro que elle é, tirando dos principios da sua honestidade individual a firmeza inquebrantavel do seu caracter civico.

Augusto Montenegro vive dentro no seu lar, como um burguez timorato, cercado, é certo, do conforto aristocratico, imprescindivel aos homens requintados pela cultura intellectual. Do seu cargo não se aproveita para aventuras de amor nem sagacidades mundanas, como ás vezes acontece com pessoas illustres como Luiz XIV, o Cardeal Richelieux e Maximo Gorky, para enxertar um lettrado na referencia de tão argutos e conspicuos diplomatas.

Direi de passagem, entretanto, que essa conducta exemplar é grandemente influenciada pela sua consorte, D. Beatriz, uma senhora distinctissima, rica de predicados moraes, dotada de uma elegancia aristocratica, que denuncia para o analysta psychologo as delicadesas espirituaes de um temperamento d'artista, que se lhe pode attribuir sem aleivo a essa delicada colorista da *Aristolochia regia* e cataleas bizarras da região amazonica.

Elle professa orthodoxamente a religião da familia, á maneira patriarchal, como convem á sua indole de sobrias, expansões. Para elle o recolhimento domestico é uma especie de Thebaida politica, onde se concentra solitariamente, « resolvendo comsigo no conceito do seu officio e sangue obrigação, » como diz na sua eloquencia vernacula o meu divino Camões. Desse ambito socegado provêm-lhe a maduresa dos juizos e essa fecundidade laboriosa, que principia na inspecção pessoal das obras publicas e termina no carinhoso amanho das suas meticulosas mensagens, que são documentos irrefragaveis da sua lisura inconsutil e do seu infatigavel labor.

Destaco dentre ellas o portico da primeria, endereçada ao congresso em 7 de Setembro de 1902, logo depois da sua posse no governo estadoal. E respigo propositadamente esse trecho, porque nelle o proprio Governador esboça numa perfeita seynthese o estado de exaltação dos animos da opposição, durante essa epoca agitada, traçando tambem o seu plano de resistencia, afim de levar a termo sem tebieza ou vacillação de coragem e a despeito de tudo a sua empresa começada.

MENSAGEM

« Senhores Membros dos Congresso Legislativo: — Em satisfação ao preceito constitucional, venho dar-vos conta dos mais importantes factos occorridos no periodo que medeia entre a investidura do meu cargo e a vossa actual reunião e da situação dos diversos serviços publicos durante minha gestão.

*
* *

Dados os acontecimentos que precederam a posse do actual governo e os francos symptomas de profunda perturbação que reinava então nos espiritos, não podereis esperar que vos venha hoje dizer que foram de calma e de tranquillidade, de ordem e paz, os dezenove mezes que têm transcorrido de minha gestão administrativa.

Situação politica francamente resultante de uma grande agitação, em que não foram medidos nem pesados os meios empregados para escalar o poder por aquelles que se não conformavam por virem delle desde algum tempo divorciados, a investidura governamental de 1.º de Fevereiro não podia de modo algum applacar as iras mal sopitadas, os despeitos publicamente manifestados, as illusões tristemente emmurchecidas. Não; tal não era licito esperar, maximé, quando se suppunha o governador novamente empossado sem enfibratura capaz de resistir aos embates desordenados da opposição systematica; quando se o cria incapaz de oppôr a energia á violencia, a força publica

aos motins; quando se lhe negava a vontade decidida e calma de impôr as prescripções do direito ás investidas das arruaças, armadas expressamente pelo gosto de tornar impossivel o governo. A braços com as primeiras difficuldades de um governo forçado a luctar com os effeitos de uma crise pavorosa, acreditava-se que lhe faltaria o animo de arrostar com uma situação assim complicada; pela rua profundamente agitada pelos arautos da anarchia, pelos porta-vozes da guerra *á outrance* á auctoridade novamente constituida.

Desde os primeiros dias notou-se essa effervescencia que se não limitou á capital, que se alastrou por alguns pontos do interior, e só os exforços do governo têm-n'a conseguido conter, dentro dos strictos limites em que sua vontade acha que ella deve ficar circumscripta.

Nesta obra de decomposição social tem servido de principal dissolvente uma imprensa que não olha para os meios que emprega afim de dar expansão aos seus maus instinctos e aos seus satanicos intuitos. Tudo se tem inventado, de tudo se tem lançado mão.

Logo nos primeiros dias de Fevereiro do anno passado, creou-se uma agitação extraordinaria em torno de um imposto municipal que não existia: levantou-se parte da classe dos empregados do commercio para um protesto contra uma obrigação phantasiada nas cabeças dominadas pela febre da desordem. Desta creação phantastica nasceram as primeiras manifestações da rua durante o carnaval, e então a bonhomia do governo foi taxada de cobardia, considerando-se a fraca resistencia da policia uma victoria do povo invencivel, cantada nos jornaes, que concitavam os populares

a reagir contra a auctoridade, que pretendia contel-os em suas tropelias.

Mais tarde, o assassinato de um subdito portuguez por uma praça do Regimento Estadual, logo entregue á justiça, deu ensanchas á anarchia, para explorar os brios de uma colonia numerosa. Alguns membros desta pretenderam reunir-se em *meeting,* não se sabe com que fim, em um estabelecimento particular, sem auctorisação do respectivo proprietario.

Chamada a policia militar a fazer respeitar os direitos deste, foi recibida por extrangeiros armados, com uma chuva de balas!

Esses arruaceiros afinal foram reprimidos á altura do attentado que praticavam, em um paiz cuja hospitalidade recebiam.

E, no entretanto, o facto que servira á exploração ignobil teve a pouco seu término juridico na forma de nossas leis: o auctor do crime foi condemnado pelo tribunal do jury desta capital.

Por esta occasião nova exploração se começara a tentar, procurando impellir contra a força estadual os batalhões federaes aqui em guarnição, e graças ao insufflamento constante, ao appello quotidiano ás mais tristes paixões humanas, tem assistido esta capital, consternada e espantada, ao ataque das patrulhas de policia, ferimentos e mortes, conflictos e provocações, que não têm attingido a proporções de uma conflagração, porque a prudencia das mais altas auctoridades, quer federaes quer estaduaes, tem burlado os planos sinistros e publicamente confessados.

E temos vivido estes dezenove mezes nesta lucta diaria

em prol da ordem publica, que a anarchia quer derrubar, alliada aos mais baixos elementos desda capital, ás escancaras congregados em attitude provocadora e por vezes manifestada em arruaças e violencias.

Da capital, a onda do desrespeito e da desordem procurou reflectir-se no interior: em Macapá, nessa triste tragedia em que, durante horas, bombardeou a casa de um juiz um troço de paisanos e militares commandado por um official do exercito que, justificando-se, appelou para o artigo 6.º da Constituição Federal; em Cametá, pelo saque em casas commerciaes de hebraicos, determinado menos pela rivalidade religiosa do que pela concorrencia commercial; em diversos outros pontos, por factos de menor importancia tornados relevantes pelo singular systema jornalistico ora empregado nesta capital.

Como, pois, extranhar que a exacerbação produza reacções condemnaveis, é verdade, mas explicaveis pela vaidade na injuria, pelo cynismo na calumnia, pela systematisação no ataque soez e baixo, que nem as intenções respeita, em que a mentira anda de par com a audacia?

A penna do jornalista cahiu da mão do homem responsavel e de reputação social, para converter-se em uma clava com que á traição se querem derrubar reputações e destruir caractéres. Vivemos em pleno anonymato, e quando, acastellado nos direitos que os codigos investem a todos, se appella para a responsabilitade legal, os injuriados, os calumniados, os vilipendiados encontram-se com homens cujo contacto tisna, cuja presença emporcalha.

Falo-vos, senhores representantes, sem que me turbe a calma do espirito a longa lista de injurias e calumnias

a mim assacadas por certa imprensa desta capital e daqui retumbantemente transmittidas para todo o paiz, por intermedio da imprensa da Capital Federal; não me acabrunham estas investidas, não me amarguram a vida as mentiras diarias com que se pretende fazer a historia de minha administração, mas é preciso que fique bem constatado que, se por um lado é uma prova inconcussa de depressão moral a linguagem de parte de nossa imprensa, por outro, basta a leitura de um só numero de certos periodicos para que fique plenamente demonstrado que, longe de estar manietada, a imprensa vive em estado de tal liberdade que já attingiu á licença, que parte della se converteu em vasadouro de diatribes contra quem não lhe agrada, que, enfim, se as altas auctoridades são obrigadas a supportal-a por dever de officio, o commum dos cidadãos não pode deixar de revoltar-se contra o falseamento da lei que os impede de fazer applicar as penas do codigo aos calumniadores atrevidos.

Visivelmente começam a serenar os animos; os contractantes de disturbios, os *habitués* de motins começam a convencer-se de que arcam contra uma força poderosa, disposta a não deixal-os dominar pelos meios violentos e se na rua a paz publica não mais é perturbada, em breve ella penetrará tambem nos espiritos. E já não é sem tempo, pois precisamos, todos que labutamos nesta terra, cujo progresso nos é caro, voltar as nossas energias para problemas de tal magnitude que de sua salução depende o nosso futuro social e economico.

Na obra ingente em que me empenhei, de fazer voltar o respeito á auctoridade, de manter a ordem e a paz, sem

temor aos maus elementos que por desgraça nossa abumdam nesta cidade, tive a meu lado o distincto magistrado, que, abandonando a tranquillidade de sua toga respeitada, veiu trazer ao meu governo, no cargo de chefe de segurança, potente e precioso auxilio, prestando na esphera de acção das suas funcções, serviços de grande valia e de merito incontestavel.

São os meus votos para que, domados os discolos e perturbadores, possa eu no anno vindouro assegurar-vos a volta completa da paz e da tranquillidade ao seio do nosso estado, que d'este dom tanto precisa, para trabalhar e reconstruir, para produzir e reparar.

* * *

Era bem de prever que o remedio, energico e efficaz, que á gravidade da molestia urgia applicar, viria trazer perturbações profundas, proprias a enganar os menos expertos, mas é logico suppór que ellas eram inevitaveis, deante da enormidade dos males a debellar. Um paiz não vê seus flancos revolvidos por intensa crise sem manifestar dores e soffrimentos. A alta do cambio, consequencia fatal de um augmento na confiança inspirada pelo paiz ao extrangeiro, trouxe aos estados como o nosso, cuja producção é toda colocada no exterior, prejuizos taes, que para muitos explicam a crise pavorosa que com ella se manifestou. Estou, porém, convencido de que a crise no Pará era inevitavel: as transacções tinham tomado tal incremento, ellas eram feitas sob bases tão frageis, que a propria plethora dos negocios traria como consequencia o krack.

A alta cambial, aliás annunciada pelos espiritos não dominados pela febre das especulações, foi o pretexto para a manifestação da crise a quiçá augmentou-lhe a intensidade. No entretanto, urge que todos nos convençamos de que, se tivessemos agido na occasião da prosperidade com a certeza de que estavamos gosando das vantagens de uma situação anormal, a extensão do desastre não seria tão grande. Foi a convicção de que as vantagens oriundas do cambio baixo eram definitivas, que nos collocou attonitos diante de uma situação que não soubemos a principio explicar, sempre guardando a esperança inveterada de que os antigos tempos voltariam. Assim, pois, lamentando embora os nossos desastres, parece-me, devemo-nos regosijar por ver que a situação geral do Brasil melhora, e que seu nome sahe do contracto do *funding loan* com a mesma aureola de honradez e probidade que foi sempre seu apanagio. Este serviço inestimavel devemol-o ao governo do exm. Snr. Dr. Campos Salles, que deixa em sua ultima mensagem o attestado duradouro do que pode uma intelligencia clara e nitida, quando servida por uma vontade energica e sem fraquezas. »

De todas as occorrencias havidas no periodo administrativo do Dr. Augusto Montenegro eu posso dar testimunho, poisque coincide justamente a sua eleição ao governo com as minhas funcções jornalisticas ao lado de Antonio Lemos, o meu querido mestre a quem devo esta ductilidade menos pêrra de narrador insulso dos factos do

partido Republicano e da politica paraense neste lustro corrente.

Para documentar a verdade desta minha proposição, estamparei em seguida o artigo que escrevi para *A Provincia*, sobre o primeiro quatriennio governamental e que se não publicou por ter chegado em atraso ás mãos do director d'aquelle jornal, que era então o meu excellente amigo e presadissimo collega Fraga de Castro.

*
* *

Dr. AUGUSTO MONTENEGRO

O ULTIMO DIA DO SEU GOVERNO.

« Expirou coberto de bençãos, sob os auspicios da paz, nos limites da mais stricta legalidade, o quatriennio administrativo do Dr. Augusto Montenegro.

Viera-lhe o governo das mãos augustas de Paes de Carvalho, o lidimo republicano, de omnimodas virtudes civicas e moraes, de cuja sabedoria inspirada pendeu a prosperidade d'esta terra, que é o seu berço, no alto e grave momento em que perigou a cohesão do partido Republicano, intestinamente agitado por um choque de opiniões oppostas entre os seus directores.

Para o successor de Paes de Carvalho ainda se voltaram esperançosos os elementos insubordinados, que determinaram a cisão do partido, arrastando na estolidez da da sua divergencia uma fracção minima d'esse robusto organismo politico, hoje e sempre tão altamente erguido pela nobreza dos seus actos no conceito geral da nação.

O novo governador ainda não encanecido na eschola da experiencia administrativa e que apenas se adextrara com notavel successo nas pugnas parlamentares, de onde emergiu por convocação do partido Republicano o seu nome laureado, vinha estreiar-se como gestor supremo dos publicos negocios n' um ambiente electrizado de odios e intemperanças, contrapondo-se á fleugma reflectida dos patriotas sinceros, que haviam collocado acima dos seus os interesses e o bem estar collectivo dos cidadãos.

Se a administração publica, abalada nas suas fontes economicas, reclamava por melindrosa o auge dos seus cuidados, por outro, tambem lh' o solicitava com grave appêllo o estado das coisas politicas, em que se devia fortemente escudar o plano do seu governo.

Não era apenas a restauração financeira nem as manobras ordinarias da nau governamental o que integrava o problema complexo d'aquelle quatriennio, mas, sobretudo a orientação politica que o devia animar, ductilizando-o com segurança, por entre os parceis imprevistos da politica nacional e afastando-o dos baixios partidarios, que a maioria do partido Republicano ia deixando a descoberto nas convizinhanças procellosas da opposição.

Foi assim, n' este ambiente calamitoso, que o Dr. Augusto Montenegro assumiu o governo do Estado, na capacitação perfeita dos obices que teria de transpor para altamente erguer illesa e victoriosa a honra do seu nome.

Trombetearam-se logo, nos primordios da sua gestão, rupturas imaginarias com o partido Republicano, não porque isso, dada a certeza de tal inveracidade, podesse influir na séria alliança que S. Ex. publicamente celebrara com

tão numeroso gremio politico, mas pela repercussão de taes insubsistentes boatos no animo parcial dos correligionarios politicos de outros Estados, onde, como aqui, a mingoa de valiosos elementos de resitencia havia estabelecido a solidariedade dos opposicionistas para maledicencia e diffamação dos poderes dirigentes.

O Dr. Montenegro cerrou os ouvidos á grita escandalosa dos despeitados, firmou mais intensamente as razões do seu pacto politico e vivamente penetrado da disciplina do seu partido proseguiu com resolutos passos na senda dos seus encargos.

Antepoz-se-lhe o *mare magnum* das finanças. Elle mediu-lhe a profundidade, sentiu-lhe o rijo embate das ondas, entreviu mesmo ameaçadoras tempestades ennegrecendo os longes dos horisontes; mas, como era preciso atravessar o pelago tremendo, para elle aproou com o imponderado heroismo de quem demanda um porto almejado, sem pensar no perigo dos mares nem na furia horrorosa das procellas. A victoria do seu emprehendimento, caracteristico da sua conducta governamental, dizem-na além das suas escrupulosas e documentadas mensagens as imprensas omnimodas de todo o paiz.

Depois veiu a instrucção publica, como abrupta montanha coroada de luz, desafial-o á perigosa ascenção ás alturas vertiginosas, de cujos cimos luminosos se descortinam os claros horisontes da sabedoria. Elle não hesitou ainda perante as incertezas de similhante commettimento, mas friamente a elle se decidiu, sem medir ainda uma vez os dissabores do romagem. Que attingiu triumphalmente áquellas subidas regiões disseram-lhe as vozes d' essas

creanças, que entoaram hosanahs ao seu nome benemerito, quando, no primeiro biennio do seu governo, os mestres paraenses commemoraram, em data republicana, o irradiante explendor de tão nobre conquista.

Veiu ainda a saúde publica, assaltada pela peste levantina, gritar-lhe açodadamente pelo seu preeminente soccôrro, n'um ancioso momento de tragico subresalto.

Elle não se aturdiu ante o horrendo espectaculo de tão justo e apavorante clamor; mas concentrou todas as forças hygienicas e prophilaticas do Estado e pondo-se á frente de tão bizarra centuria assediou a horrivel calamidade, de cuja propagação podia resultar o anniquilamento do Pará, dos seus limitrophes e do proprio paiz.

Finalmente surgiu a mashorca, como uma hydra polycephala, erguendo-se nihilisticamente do seio da Republica e tendo para cada Estado uma bôcca escancarada, onde se devia sumir o principio democratico das instituições que nos regem.

Era esta a provação magna que os deveres governamentaes haviam reservado ao Dr. Augusto Montenegro, até então milagrosamente escapo d'outras Scilas e Charybides, que se lhe antepuzeram no difficultoso trajecto.

Elle consultou-se na embaraçosa seriedade do extremo momento e circumvagou um afflicto olhar de indecisão angustiosa, como quem transpondo invias campanhas, á frente de um sequito numeroso, subitamente pára, esperando por elle, em face de um antolhado precipicio.

Tal foi a attitude de S. Ex. no instante funesto da conspiração militar, que ultimamente arregimentou uma

récua de farroupilhas e invejosos em criminosa conspiração contra as instituições republicanas.

Então, o Dr. Montenegro teve a convicção plena e inilludivel da potencia que se constituira, alliando-se dignamente ao partido Republicano, o reducto inexpugnavel dos principios democraticos, dentro em cujas fortificações argamassadas com liberdade e justiça, se ergueu altivo e dominante o principio da auctoridade, consubstanciado em S. Ex. pela soberana vontade do suffragio popular.

Foi essa nobre e applaudida e serena attitude de reação legal contra a assaltante insurreição da demagogia amotinada o fecho reboantissimo da sua benefica administração. Salientando n'este apressado retrospecto, traçado no ultimo dia do seu governo, as victorias capitaes que tanto enaltecem o fecundo periodo gestorio do preclaro governador, a quem uma reeleição, em virtude de reforma constitucional, assegura eloquentemente o agradecido reconhecimento dos seus concidadãos, não temos outro intuito senão o de nos fazermos orgão da gratidão do povo paraense ao supremo director dos seus destinos, que o foi com tão apurada honestidade e inexcedivel patriotismo. Que S. Ex. só veja n'estas palavras o justo apreço plausivel dos seus predicados illustres, que o tornam distinctamente assignalado entre os venerandos e probos varões d'esta Republica. »

RENOVAÇÃO DO MANDATO

Ia terminar o periodo fecundo da administração do Dr. Augusto Montenegro, cujo programma de governo, nascido exclusivamente da sua orientação, collocara numa evidente prosperidade as financas paraenses, realizando ao mesmo tempo melhoramentos publicos de grande relevancia, taes como se acham referidos no capitulo anterior, quando o inclyto chefe do partido Republicano, o grande politico Antonio Lemos começou a impressionar-se fundamente com o grave problema da substituição do jovem estadista, que a todos se impuzera com o exito magnifico da sua gestão.

Tendo sempre em vista a felicidade da sua patria adoptiva, o Pará, e zelando sobretudo as tradições gloriosas do seu partido, de cujo seio benefico irrompera a candidatura de Augusto Montenegro, confirmada mais tarde pela soberania dos suffragios, Antonio Lemos consultou em reuniões intimas o sentimento dos seus pares, que são os membros do directorio da intrepida agremiação politica, antes de lhes indigitar um successor condigno desse vulto irreprehensivel, que transformara um posto de sacrificios na apotheose irrevogavel dos seus proprios meritos.

Agindo sempre com a sagacidade que lhe é propria, o velho estadista prescrutador nunca deixou perceber aos consultados que estava nos seus intuitos a reeleição de Augusto Montenegro, não só porque era isso vedado pela Constituição mas tambem para que não parecesse um tal designio necessario á obra de remodelação começada um acto voluntarioso do seu arbitrio, bastantemente prestigiado na esphera politica para se impor ao criterio alheio como a evidencia da verdade.

Além de tudo, Antonio Lemos, com a sua funda experiencia dos homens e estimando em Augusto Montenegro o discipulo amado do seu coração, que aprendera na *A Provincia do Pará* o amanho das primeiras noticias e a correcção das provas typographicas, do que ainda resta nos archivos do jornal uma mesa utilizada durante esse tirocinio, não queria assumir só o peso dessa responsabilidade, que vinha assegurar, é certo, o prestigio da sua politica mas que podia envolver para os malevolos intenções capciosas de ambição de poder, que o governador reeleito lhe pudesse mais tarde alimentar, obrigado por esses deveres subtis, que muitas vezes impõe a gratidão.

Mas, nessas conferencias, Antonio Lemos colheu a vontade expressa do proceres da politica: estava no pensamento de todos a reeleição de Augusto Montenegro e assim os intuitos secretos de Antonio Lemos tiveram plena confirmação na identidade volitiva e unanime do Directorio, tornando-se por tanto esse acontecimento politico uma legitima expressão do alvedrio popular.

No Castanhal, o grande reducto politico do Municipio de Belem, no qual irradia a popularidade prestimosa do

C.el Antonio Pinto Xavier, um dos maiores coadjutores da politica dominante, foi offerecido um banquete aos magnatas do partido, estando presente o Dr. Augusto Montenegro. Usou da palavra o Senador Antonio Lemos, salientando o brilhantismo da corrente administração governamental, e expressando em nome dos seus pares o accôrdo em que estavam todos para a reeleição do Dr. Montenegro, que mantivera a autonomia completa do seu governo sempre na maior harmonia de vistas com o nucleo politico que suffragara o seu nome.

Nasceu assim, desse accôrdo mutuo dos representantes do povo, a idéa da reeleição, que implicou a reforma constitucional, attribuida a principio a interesses pessoaes do chefe do partido, o Senador Antonio Lemos, que teve na consummação desse grande feito talvez a pagina mais brilhante da sua vida politica.

Assim reclamado pela unanimidade dos seus amigos, que são a maioria popular do Estado do Pará, o Dr. Augusto Montenegro, calcando o seus reconhecidos escrupulos, acceitou a honrosa candidatura, no firme proposito de continuar a obra ingente de reformas tão plausivelmente começada na administração anterior.

Realizaram-se então, em casa do Senador Antonio Lemos, varias conferencias para o fim de se assentarem os pontos da Constituição que deviam ser alterados, no intuito de a tornar mais conforme com a carta constitucional da Republica.

Isto feito, o Senador Antonio Lemos endereçou aos presidentes e mais membros das commissões municipaes

do Pará a seguinte circular, apresentando a candidatura do Dr. Montenegro:

« Em nome da commissão executiva do partido Republicano e no meu particularmente, tenho a honra de apresentar-vos as mais sinceras e cordeaes saudações.

Sabeis ja como todo o paiz, que a reforma do Estatuto fundamental do nosso Estado é hoje um facto realizado com applausos da geral opinião sensata e para o qual contribuistes com o vosso assentimento e apoio moral, brilhantemente manifestados por occasião do Congresso politico inaugurado nesta capital, no memoravel dia 15 de Agosto do anno proximo findo.

A reforma permitte a reeleição por uma vez do governador e designou o dia 2 de Dezembro proximo para a eleição do primeiro magistrado estadoal.

A seu turno, a Lei n. 917 de 22 de Setembro ultimo manda proceder simultaneamente com a de governador, no dia 2 de Dezembro proximo, a eleição para tres logares de senadores, creados pelo art. 18 da Constituição e preenchemento das vagas de deputados existentes.

Assim, cabe ao Estado eleger no referido dia 2 de Dezembro, não só o governador para o periodo administrativo vindouro e tres senadores, de accôrdo com o estabelecido no art. 1° § 1° da Lei citada, como os deputados que devem preencher as vagas deixadas pelo Dr. João B. Ferreira de Sousa e C.el José Porphirio de Miranda Junior, os quaes communicaram ao Congresso de delegados do partido Republicano, hontem reunido, o proposito em que estão de renunciar o mandato legislativo, como em virtude do fallecimento dos nossos pranteados correligionarios

Dr. Virginio Santa Rosa e Silvino Pinto Guimarães, ultimamente finados.

O 1.º deputado resignatario fôra eleito pelo 1.º circolo, o 2º resignatario e os fallecidos pelo 2º circolo eleitoral do Estado.

O Congresso do partido, em sua reunião alludida, elegeu previamente:

Governador — Dr. Augusto Montenegro.

Senadores — Dr. Geminiano de Lyra Castro, Monsenhor João Ferreira de Andrade Muniz e Coronel José Porphirio de Miranda Junior.

Deputados — Drs. Ignacio Baptista de Moura, Elyseu Elias Cesar, Liberato Magno da Silva Castro e Justiniano Serpa.

A Commissão Executiva distribuiu os cadidatos a senadores e deputados, para a eleição definitiva, do modo seguinte:

Para senador por 7 annos — Dr. Geminiano de Lyra Castro.

Para senador por 4 annos — Monsenhor João Ferreira de Andrade Muniz.

Para senador por 1 anno — Coronel José Porphirio de Miranda Junior.

Para deputado pelo 1.º circulo — Dr. Elyseu Elias Cesar.

Para deputados pelo 2.º circulo — Dr. Ignacio Baptista de Moura, Liberato Magno da Silva Castro e Justiniano Serpa.

Ao 1.º circolo eleitoral pertencem os municipios da capital, Acará, São Domingos da Bôa Vista, Bragança,

Quatipurú, Salinas, Maracanã, Marapanim, Santarém-Novo, Curuçá, São Caetano, Vigia, Soure, Cachoeira, Ponta de Pedras, Muaná, Curralinho, São Sebastião da Bóa Vista, Cametá, Baião, Igarapé-miry, Abaeté, Mojú, Irituia e Ourem.

Ao 2.º circulo os municipios de Gurupá, Almeirim, Chaves, Afuá, Anajás, Breves, Bagre, Oeiras, Melgaço, Portel, Mazagão, Porto de Moz, Souzel, Monte Alegre, Prainha, Santarém, Alemquér, Itaituba, Aveiros, Obidos, Faro e Macapá.

Como vereis pelos exemplares das intrucções que ora vos remetto, o processo eleitoral terá inicio no dia 23 do corrente pelo convite para a reunião dos membros do governo municipal, a realizar-se no dia 2 de Novembro.

Tomo a liberdade de repetir-vos o que disse ainda no anno passado a proposito da eleição realisada em 22 de Junho:

« Pedimos toda a vossa attenção para as referidas instrucções, onde encontrareis todos os esclarecimentos e modelos precisos para as eleições de que ora nos occupamos.

« Assim tambem é de bom conselho que, como já uma vez vos dissemos — não nos preoccupemos com a conducta dos adversarios. »

« O nosso dever deve ser cumprido, nosso direito exercido, sem indagação alguma concernente ao procedimento dos que pelejam de outra banda politica. »

« Todos os eleitores republicanos ás urnas! Só assim continuaremos a fazer direito ás bençãos do Estado e ao respeito e estima de todos os homens de bóa vontade. »

Finalmente, convem advertir-vos que, nos municipios

do 2.° circolo, os eleitores votarão apenas em 2 nomes para deputados, nomes estes correspondentes aos dois terços dos candidatos a eleger pela mesma circumscripção eleitoral, consoante vos será opportunamente indicado.

Terminando esta exposição, conto que o municipio legitimamente representado por essa commissão, contribuirá de modo o mais brilhante para o grande exito eleitoral que aguarda o nosso partido a 2 de Dezembro vindoiro. Acceitae, distinctos correligionarios, as renovações de meus protestos da mais affectuosa estima e subido apreço. O Presidente da Executiva — *Antonio Lemos.* »

Afim de se desincompatibilizar para a reeleição projectada, resignou o Sr. Dr. Montenegro o seu cargo em 31 de Outubro de 1904, assumindo o governo o presidente da Camara, o Dr. João Luiz Coelho, esse distinctissimo homem publico, que allia á sua capacidade politica os dotes inestimaveis de um perfeito gentilman, talhado na rigidez muscular de um romano antigo.

Embora fosse muito breve o seu periodo governamental, o Dr. João Coelho deixou da sua capacidade estadistica as provas mais irrecusaveis e todos os seus actos vieram confirmar plenamente a senzatez, o criterio e a lealdade que são os lados typicos do seu caracter.

Procedida a eleição em 2 de Dezembro de 1904, a maioria absoluta do eleitorado paraense sagrou pela segunda vez o nome glorificado de Augusto Montenegro, que naturalmente deduziu dessa unanimidade dos suffragios a confiança intrinseca depositada pelo povo na irrefragavel inteiresa do seu patriotismo.

Quando, em Setembro do anno seguinte, depois da

sua posse, que foi um acontecimento festivo em todo o estado, se abriu o Congresso, na conformidade constitucional, endereçou-lhe o governador uma brilhantissima mensagem, que é a synthese descriptiva do quatriennio passado, envolvendo o plano faustoso do governo futuro. Destaco desse precioso documento este eloquentissimo trecho, referente á reforma constitucional.

« Senhores Membros do Congresso Legislativo.

— O resultado da eleição procedida a 2 de Dezembro do anno passado traz-me de novo deante desta Assembléa para expôr a marcha dos negocios publicos, durante o anno que vem de passar, depois de vossa ultima reunião.

Outro devêra ser hoje o depositario da confiança do povo deste Estado, se razões de alta monta não me tivessem, por assim dizer, imposto a pesada obrigação de acceitar uma segunda indicação do meu nome á primeira magistratura estadual. Não por certo as vantagens que della possa auferir, nem as ephemeras glorias que ella possa proporcionar venceram as hesitações, em que meu espirito por muito tempo permaneceu ante a honrosa insistencia de amigos e correligionarios em conservar-me neste posto de agruras e sacrificios.

E quanto mais o tempo passa, mais me convenço de que seria muito melhor pera o Estado e pessoalmente para mim, se os que tão nobre e esforçadamente concorreram para o que entendiam ser de utilidade geral, tivessem consentido em me eu restituir ao repouso e á tranquillidade, tão necessarios aos que, por periodos turbados e difficeis, vêm prestando o seu esfôrço e o seu labor á causa publica e ao bem collectivo.

Resta-me, vendo só no facto de minha reeleição ao cargo de Governador mais uma prova da benevolencia e attenção com que a quasi unanimidade do Estado vem acompanhando os meus actos e intenções, agradecer o concurso efficaz e precioso que sempre encontrei entre os bons elementos da sociedade paraense, sem o qual impossivel seria a realisação de idéas, que vinham remodelar por completo toda a nossa organização administrativa e financeira, profundamente combalida pela crise, de cujo effeitos ainda sentimos as ultimas consequencias.

A reforma costitucional que promulgastes em 1.º de Setembro do anno passado veiu satisfazer este desejo natural de todos os povos de aperfeiçoar os seus estatutos fundamentaes. Mau grado as invectivas hoje tão do dominio dos espiritos forrados de odios e rancores, a reforma que com tanta pertinacia levastes a effeito, é um progresso relevante sobre a lei constitucional de 22 de Junho de 1891. Conservando o que esta tinha de bom, supprimindo o que nella era superfluo ou excedente da competencia estadual, modificando e ampliando os principios que nella erão apenas indicados, o acto de 1.º de Setembro innovou com desassombro, de modo a collocar-se na primeira linha das costituições dos diversos estados da Republica Brasileira.

Sem querer entrar em largos desenvolvimentos, indigitarei como pontos dignos de reparo os seguintes, em que me parece que o actual texto constitucional se avantaja ao que o precedeu: 1.º) As immunidades dos membros do Congresso; 2.º) A suppressão do julgamento dos conflictos de attribuições pelo Senado; 3.º) A melhor deducção das attribuições do Congresso; 4.º) A enumeração dos actos

do Congresso que independem de sancção; 5.°) A providencia da prorogativa das leis annuaes no caso de recusa de sua votação dentro do anno em que ellas devam ser votadas; 6.°) A suppressão do cargo de vice-governador e o estabelecimento dos periodos pessoaes; 7.°) A creação das secretarias de estado; 8.°) O assento costitucional para a acção da policia civil; 9.°) As garantias necessarias á força militar do Estado; 10.°) A inclusão na Constituição do modo de escolha dos membros do Superior Tribunal de Justiça; 11.°) O estabelecimento da disponibilidade remunerada para os magistrados invalidados no serviço; 12.°) A separação completa do ministerio publico do Poder Judiciario e a temporariedade das funcções do seu chefe; 13.°) A creação do Tribunal de contas e sua inspecção não só sobre a gestão financeira do Estado como sobre a dos municipios; 14.°) A suppressão da aberração constitucional do estado de sitio estadual; 15.°) O estabelecimento da revisão periodica da Constituição.

Eis ahi em poucas palavras a obra constitucional do actual Congresso Legislativo, que não se deixou abater pela campanha dirigida pelos que pretendiam ver terminado em desastre o esforço tentado com tão nobres intuitos, e que se julgou possivel desmoralisar perante a opinião publica não só do Estado como do paiz inteiro. »

*
* *

Sentindo-se na obrigação moral de continuar brilhantemente o seu governo, em torno ao qual o paiz inteiro quedara attento, em vista do caso singular da reforma

constitucional, qua não servira a intuitos subalternos de compadrio politico mas traduzira o reclamo do povo a um homem experimentado e necessario á superintendencia maxima dos negocios publicos, o Dr. Augusto Montenegro retemperou as suas energias nos estimulos circumstantes e poz mãos á obra com essa imperturbavel serenidade em que repousa a consciencia da força.

Todos os ramos da administração publica experimentaram o impulso forte do seu braço. Primeiro foram as repartições de hygiene, que fazem honra a qualquer paiz culto pela perfeição technica e scientifica com que foram remodeladas.

Depois o serviço de abastecimento d'agua, o cavallo de batalha dos governos anteriores, numa cidade equatorial, no valle de um immenso rio, onde as evaporações constantes determinam uma temperatura para cujo abrandamento a agua se torna imprescindivel, principalmente nos labores domesticos. Esse problema de magna relevancia resolveu-o o Dr. Montenegro no primeiro biennio do seu novo mandato e graças a isto deve-se a salubridade crescente de Belém, d'onde se rechassou a peste bubonica no brevissimo praso de tres mezes.

O Instituto Lauro-Sodré transformou-se sob os seus influxos numa excellente escola industrial e que satisfaz em grande parte ás necessidades do proprio estado, fornecendo moveis ás repartições, fardamento e calçado ás tropas, imprimindo livros officiaes, executando obras de ferraria, alfaiataria e tudo mais concernente ás pequenas e grandes artes industriaes.

O theatro da paz, que era um monumento architectural

condemnado pela leveza da construcção e afeiado por detalhes grosseiros, que patenteavan evidentemente o desazo e indifferença esthetica do constructor que lhe dirigiu a edificação, foi completamente remodelado e acha-se depois disto nas melhores condições de segurança e commodidade para o publico, accrescendo ainda as decorações que recebeu interna e externamente, tornando-o gracioso e harmonico nas linhas typicas do estylo a que obedece.

O palacio do governo, um velho casarão de taboas podres e tectos esborcinados, tresandando a môfo seiscentista, desmantelado no seu travejamento, incompativel em summa com a riquesa lendaria do Pará, converteu-se num edificio apresentavel, como se deprehenderá da seguinte descripção extracta da ultima mensagem do governador.

« Durante o anno que vem de passar não descurou o Governo de dar impulsos ás obras publicas: umas forão terminadas, outras continuadas e por fim outras iniciadas, como tudo vereis pelas notas que se seguem.

Palacio do Governo. — Depois da entrega definitiva ao Estado do que ainda restava nesta bella casa em poder do Governo Federal, tem sido o meu maior empenho, pol-a em condições de bem satisfazer ás exigencias dos serviços publicos, que nella installei. Funccionarão no Palacio além dos serviços inherentes ao Governador, incluidos os salões de recepção, as tres Secretarias, o Commando Geral da Brigada, o Corpo Auxiliar, a Directoria de Serviço Sanitario, a Escola de Pharmacia, o Laboratorio de Analyses e de Bacteriologia, a Directoria das Aguas e as cocheiras do Serviço Sanitario e do Commando Geral.

Parte da cantaria destinada à frontaria do Palacio já

se acha nesta cidade e começará dentro em pouco a ser montada, devendo-se em breve encommendar a restante. Os dois pavimentos do vestibulo e os sete patamares da escadaria forão mosaicados com mosaico romano, trabalho este completamente novo entre nós e que se recommenda não só pelo seu bom acabamento como por seu bellissimo dezenho.

As duas janellas que ladeavam a porta principal foram transformadas em portas e nas actuaes tres entradas forão collocados bellos portões de ferro batido e de estylo *Renaissance*, com ornamentação de bronze verde e amarello e bandeiras fixas, nas quaes ha as iniciaes E P de ferro dourado. Os portões lateraes têm uma só folha e o do centro duas, tendo nestas em bronze amarello e verde as armas da União e do Estado. A cantaria da escada e das columnas em máo estado, faltando pedaços e composta de remendos, foi substituida por nova de degraus inteiriços: a balaustrada de madeira pintada tambem será substituida por uma bem desenhada balaustrada de granito de Lisboa.

As quatro janellas que do compartimento em que está a escadaria davam para o terraço até bem pouco fechadas por deselegantes vidraças, forão abertas e alargadas, substituidas as vidraças por uma guarnição de balaustres de cantaria que têm de receber *vitraux*. Todo o rodapé, bases de columnas e balaustradas dos patamares estão sendo feitos de pedra. A architectura, que pretendo conservar a mesma, está sendo cuidadosamente corrigida, de modo a apresentar um aspecto imponente e grandioso, quando pelo pincel for completada a decoração desta parte do edificio.

No grande salão de honra foi substituido o fôrro de madeira por fôrro metallico americano, de bello effeito.

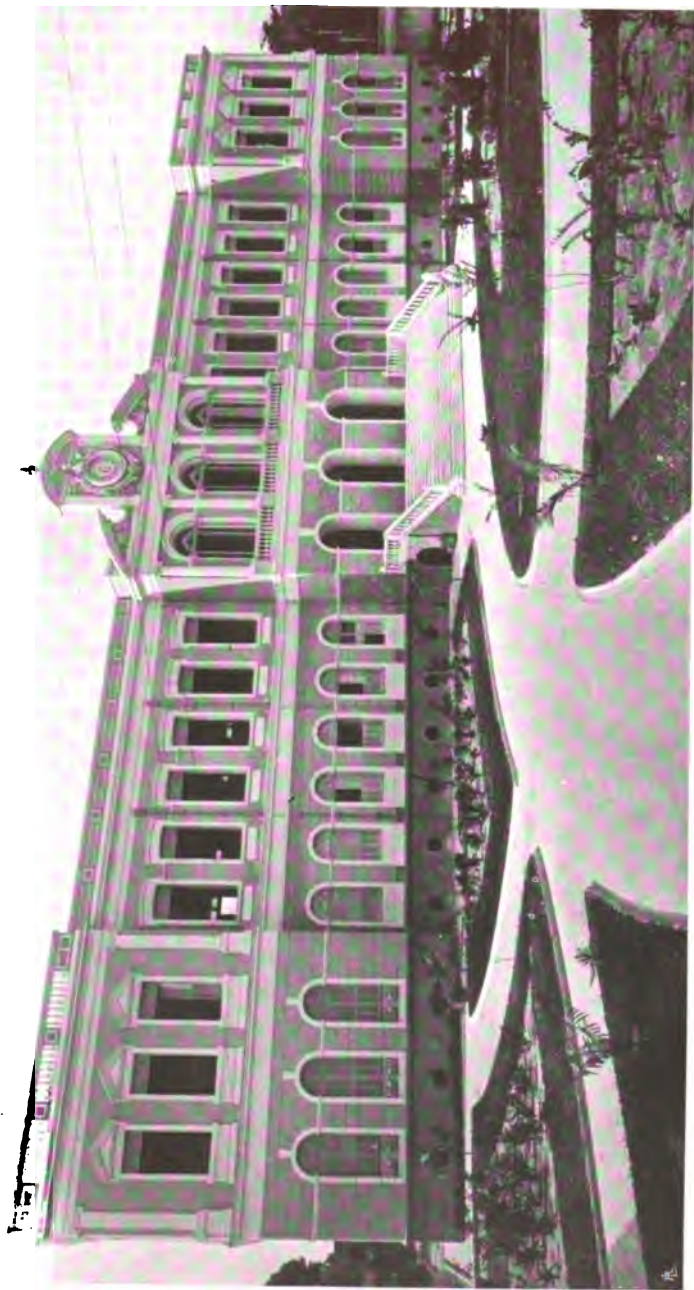
Para a parede do fundo deste salão encommendei ao consagrado pintor brasileiro Antonio Parreiras, uma grande tela de 8 metros sobre 4, denominada a *Conquista do Amazonas*. Este quadro representará o acto de Pedro Teixeira tomando conta das terras da Amazonia para a corôa de Portugal.

Estou certo que o distincto artista nacional corresponderá á confiança que nelle depositei, e que o Pará, graças á minha iniciativa, possuirá a obra prima do nosso patricio.

Para o gabinete de despacho do governador adquiri do mesmo pintor a *Morte de Virginia*. É meu pensamento ir com vagar adornando essa peça com outros quadros de pintores brasileiros.

Como vos annunciei em mensagem anterior, os commodos occupados em parte pela Delegacia Fiscal e pela antiga Directoria de instrucção publica, foram destinados á Secretaria de Fazenda.

Encontrei estes compartimentos em pessimo estado, sendo nelles preciso realizar grandes obras, mas que me permittiram installar definitivamente a Secretaria de Fazenda, em principios de Novembro do anno passado.

Eram os compartimentos desta parte, á entrada, um salão, em frente a seguir outro e ao lado deste mais tres, todos com frente para a Praça e para a Travessa; á direita do salão da entrada havia um corredor apertado, sem ar e luz. A meio deste corredor existia um grande portão de ferro que dava entrada para um salão, por onde se

Instituto GENTIL BITTENCOURT

passava para as duas casas-fortes e para um largo corredor que fica por baixo do terraço do pateo central do palacio.

Demoliu-se a parede que separa este corredor do salão, ficando apenas um pequeno corredor correspondente ao fundo de uma das casas-fortes, retirou-se o portão de ferro, transformando assim em um unico salão quadrado parte do corredor estreito, parte do corredor largo e a ante-sala das casas-fortes. Uniformizaram-se as grades de ferro dos grandes arcos que dão para o pateo central; abriram-se dois vãos de portas para tornar communicaveis este novo compartimento com as quatro salas lateraes. Em seguida procederam-se as mais reformas, referentes principalmente á limpeza geral.

Consistiram esses trabalhos em substituição total dos soalhos, completamente estragados, assim como de todos os rodapés de madeira e peitoris das janellas, por mosaicos italianos, mandados vir especialmente para este fim.

Retiraram-se todos os vãos de portas e alizares das differentes salas, assim como das janellas; substituiram-se os fôrros estragados, caiaram-se as paredes e pintaram-se os tectos.

Na sala da entrada de um e outro lado foram construidos dous balcões circolares, destinados aos officiaes do caixa e cheque.

Na sala do canto ficou installado o Secretario, tendo o seu gabinete separado da sala de entrada por um cancello alto de cedro.

Nas tres salas contiguas estão installadas as differentes secções, o monte-pio, ficando na ultima a procuradoria,

separada das secções por balcões de grades collocados nos vãos dos grandes arcos.

As secções dão para o salão quadrado, separadas destes por balcões.

Reforçaram-se as portas das casas-fortes e a de entrada e collocou-se abaixo do fôrro de uma d'aquellas, por não ser abobadada, uma grade de ferro reforçada.

Outra secretaria que se acha definitivamente installada é a da Justiça, Interior e Instrucção Publica. Ella occupava antigamente uma sala, dois quartos, um antigo salão de jantar, no lado do palacio que dá para a Intendencia Municipal, um corredor e uma sala interiores, commodos todos, com excepção do antigo salão de jantar, acanhados e mal dispostos para o serviço. Para melhorar estas condições, a Secreteria de Obras opinou que fossem demolidas duas paredes e se procedesse a outras modificações radicaes, que comtudo em nada modificaram a estabilidade do edificio.

Os trabalhos foram iniciados pela consolidação do vigamento do telhado em toda a ala do lado direito do edificio, ao mesmo tempo que se fazia a demolição das paredes, transformando-se assim os dois quartos e o salão em um unico salão de 25,^{m}65 de comprimento por 9,^{m}20 de largura.

Estreitou-se uma unica janella, cuja largura era superior à das outras, afim de harmonizar a architectura exterior do edificio.

A' vista do máo estado dos fôrros em alguns compartimentos foram elles substituidos, aproveitando-se, apenas o da sala, prolongando-se-o até á parte accrescida.

Estando os soalhos primitivos estragados, além de

desnivelados, fez-se um unico desenho para o soalho do salão.

As paredes tambem resentiam-se dos mesmos inconvenientes, pelo que foi preciso desaprumal-as, fazendo-se para isso novo reboco e pintura.

Sendo algumas das soleiras das janellas de marmore e outras de ardosia, foram estas substituidas por material d'aquella qualidade.

O compartimento que communica com o salão soffreu alguns trabalhos, constantes de raparos no soalho e no fôrro, preparo da parede que era forrada a papel, para receber pintura, substituição de folhas internas de janellas e portas.

Dois corredores contiguos ao grande salão foram transformados em um unico.

No salão onde antigamente se achava a portaria, fizeram-se reparos no soalho e fôrro.

Nos vãos das portas que ligam o grande salão ao corredor faram collocados balcões de cedro com tampo de pau amarello para serventia do publico, ficando no corredor a portaria e no salão todas as secções e o Conselho superior de instrucção publica.

No vão de porta que communica o salão com o actual gabinete do secretario, collocou-se uma cancella ornamentada.

A antiga sala da portaria ficou para sala de espera do publico. Destinou-se uma grande sala para deposito do material da instrucção publica.

A actual Secretaria do Interior, compõe-se, pois, de uma sala de espera, de um gabinete do secretario, de um grande salão em que funccionam as secções e o Conselho

superior, de um terraço, de um deposito e de um compartimento para a portaria.

Durante o tempo dos trabalhos funccionou esta secretaria n'uma sala contigua á secretaria de Obras Publicas, não tendo, potanto, soffrido a menor alteração a marcha dos serviços publicos.

No laboratorio de analyses, em virtude do augmento da matricula na Escola de Pharmacia, foi preciso installar mais quatro mesas de analyzes, e como se tornasse pequena a sala das aulas theoricas, em um compartimento cedido pela Directoria das Aguas foram ellas localizadas de modo conveniente e appropriado.

Proseguem tambem os trabalhos de reparação no quartel do Corpo Auxiliar, reformando-se a secretaria do commando geral da Brigada.

Havia, quer na secretaria, quer na sala do commandante, duas janellas collocadas a 2^m acima do solo, servindo antes de postigão do que de janella, pois erão inaccessiveis, e, além deste inconveniente, tinham o grande defeito de estarem fora da ordem architectonica do edificio.

Ordenei então que fossem ellas rasgadas até á altura das outras, o que melhorou bastante as condições thermicas das duas salas.

Foram substituidos os soalhos por mosaico italiano, assim como os rodapés e peitoris de janellas e soleiras de portas; construiu-se um armario de cedro para o archivo; installou-se um lavatorio e um filtro; as paredes foram caiadas, e as abobadas e barras pintadas.

Estão em andamento e bastante adeantadas as obras relativas á cocheira da Directoria do Serviço Sanitario e

do Commando Geral da Brigada Militar. Obtive da Intendencia Municipal a cessão de um terreno que ficava entre o muro posterior da actual cocheira á rua João Diogo. Terminadas as obras, a Directoria Sanitaria ficará com installações apropriadas para 40 animaes, além do abrigo preciso para seus carros e utensilios. O Commando da Brigada ficará com cocheira independente, além de um grande pateo. Foi desmanchada a grande escada que communica o terraço em que está o laboratorio e o pateo posterior, por ameaçar desabar. Para subtituil-a vai-se encommendar uma escada de ferro. Para dar maior largueza aos serviços da pharmacia, vai-se construir no centro de uma das areas um pavilhão, assim como se acha construido um outro destinado ao motor dos apparelhos de raios X X. »

Havia em Belém, nas proximidades da estação de bondes de Nazareth, uma grande tapagem de tabuas ennegrecidas pelo tempo, atravez das quaes se lobrigava um vasto edificio de construcção interrompida e em tôrno ao qual as hervas do campo tinham crescido. Intitulava-se aquelle esboço mallogrado o Instituto Gentil Bettencourt. Um dia o Dr. Augusto Montenegro voltou as suas vistas para aquella aspiração immobilizada, contractou o engeneiro Felinto Santoro, a quem deve o Pará a sua remodelação architectonica, appareceram pedreiros, carpinas, ferreiros e operarios e dentro em poucos mezes o edificio alvejava prompto na severa elegancia da sua architectura intelligentemente amoldada á naturesa do nosso clima.

A 26 de Junho do corrente anno, era inaugurado o Instituto Gentil Bittencourt, sob cujos tectos confortaveis se acham abrigadas todas as desvalidas que constituiam o antigo Collegio do Amparo, uma tradicional instuição pia, cujas raizes vetustas se afundam no coração piedoso e immortal do santo bispo do Pará, D. Frei Caetano Brandão, esse grande successor de Jesus na dilecção pelos pobres.

A tal proposito, o polygrapho Arthur Vianna, o meu vivo Larousse nas questões historicas, lendarias e geographicas concernentes ao Pará e que ás vezes me assediam nesta minha atribulada e immethodica vida de lettras, publicou um substancioso opusculo, de que extraho este pequeno topico para que tenham os leitores uma idea geral desse magnifico estabelecimento.

« O edificio compõe-se d'um corpo principal com dois pavimentos, cuja fachada architectural é quasi parallela á avenida Independencia, duas alas tambem com dois pavimentos e mais um corpo central de um só pavimento, especialmente destinado aos refeitorios e annexos. Um porão com robustas paredes e de 2.^{m}60 de altura serve como embasamento do grandioso edificio. O pé direito dos dous pavimentos tem respectivamente uma altura de 6.30 e 7 metros. A superficie occupada por todo o edifício é de metros quadrados 3940.

A forma do edificio, vê-se claramente, é a de um **E** oblongo, geralmente adoptada nos melhores estabelecimentos congeneres, para que o seus diversos commodos, criteriosamente distribuidos nos diversos corpos, recebam a influencia benefica e directa do ar e da luz. O corpo principal se acha em facil communicação com as duas alas,

por meio de uma galeria arqueada contornando o interior do edificio. A largura desta galeria é de 3 metros. Os arcos apoiam-se sobre pilastras, no intervallo das quaes abre-se uma ampla janella.

Entra-se no corpo principal por uma grande e magestosa escadaria toda de marmore de Carrara, com balaustres e pilastras decorativas, tambem de marmore. »

Neste livro, que não comporta pelas suas dimensões, a descripção detalhada de todos os melhoramentos emprehendidos e effectuados pelo Dr. Augusto Montenegro, apenas menciono o que se me depara ao acaso, no folhear os seus relatorios, que são a historia brilhante do seu governo e dos quaes unicamente me soccorro para traçar estas linhas, que me dão neste momento politico, pela justiça que celebram, a doce convicção de um nobre dever gratamente cumprido.

Assim pois, aqui intercalo os dizeres da sua mensagem ultima sobre a reforma judiciaria, dando a palavra ao mestre, porque o é de facto, desde que lhe pertence uma das cathedras da Faculdade livre de direito do Pará, reconhecida por iniciativa sua pelo governo federal, instituto esse que tornará imperecivel o nome do Dr. Montenegro, emquanto a força intellectual residir no mundo como unica affirmação indelevel das individualidades integras.

*
* *

« Em minha mensagem de 1902 vos participei que nomeára uma commissão de competentes para elaborar um projecto de reorganização judiciaria do Estado. Disse-vos

então que essa obra, por um lado era destinada a consolidar toda a nossa legislação processual, esparsa em pequenas leis de difficil consulta, por outro lado tinha em vista modificações que dez annos de vida autonoma tinham tornado necessarias.

Meu pensamento primitivo era que toda essa materia constasse de uma só lei ou codigo, dividido em tres partes, uma relativa á organização judiciaria, outra ao processo criminal e a ultima ao processo civil.

Apesar de todo o exforço dos illustres membros da commissão, não foi possivel ter todo o trabalho prompto a tempo de submettel-o ao vosso apreço na sessão ordinaria do anno passado. Pude sómente enviar-vos o projecto de organização judiciaria que convertestes na lei n. 930 de 25 de Outubro de 1904. Pelo artigo 420 d'esta lei me auctorisastes a expedir os regulamentos processuaes necessarios á sua execução. Fundado nesta auctorisação, que veiu simplesmente corroborar a do n. 2 do art. 38 da Constituição do Estado, expedi os dois decretos ns. 1352 de 21 de Janeiro e 1380 de 22 de Junho, ambos deste anno, promulgando os regulamentos criminal e civil, sem os quaes não ficaria completo o plano de reforma judiciaria que o Governo tinha em vista.

Estes tres actos officiaes constituem um codigo de 2044 artigos.

Um dos grandes males que a reforma judiciaria fôra chamada a debellar era o estado de descalabro em que se achava a justiça criminal na Capital. A extrema benevolencia do Jury, o nenhum valor do Tribunal correcional como instrumento de punição, a balburdia criminosa que reinava

nos cartorios criminaes, todas estas causas agindo no mesmo sentido, trouxeram para os delinquentes a certeza da impunidade e portanto o acoroçoamento á pratica de novos crimes. Para os pequenos delictos não havia possibilidade na legislação então existente de encontrar sequer um palliativo, campeando sobranceira nas ruas da capital, affrontando a policia, amedrontando e pilhando os seus habitantes uma malta de vagabundos e gatunos, escoria de todas as cidades maritimas do Brasil, atirada á Belém pela fama de sua riqueza e pela impotencia de seus orgãos de repressão. Apesar da multiplicidade desses pequenos delictos, constatados pelas gazetilhas dos jornaes, apesar da remessa aos juizes criminaes de centenas de diligencias preparadas na policia civil, com desgosto constato que durante os 12 mezes do anno passado e o mez de Janeiro deste anno só foi julgado em julho um réo pelo Tribunal correccional que o condemnou a 8 mezes, 20 1/2 dias de prisão!

A necessidade de um remedio urgente a esta triste situação impunha-se ao Governo. Do estudo que fiz, pude deprehender que o mal provinha, de um lado da dispersão da competencia criminal por tres juizes, o que impedia de fixar responsabilidades, por outro da má composição do Tribunal correccional, com elementos tirados da lista dos cidadãos jurados.

Affirmam alguns desilludidos que o Jury é uma instituição condemnada; sem ir, porém, até este extremo, penso que o tribunal popular não serve para o julgamento dos pequenos delictos, devendo ser reservado para esses grandes attentados que mais funda impressão produzem e mais horror causam á sociedade. Por outro lado, a multiplicidade

desses pequenos delictos, obrigando o Tribunal correccional ao funccionamento quasi continuo, converteu-se em onus assaz pesado para o cidadão. Junte-se a isto a proverbial benignidade dos jurados que os impede de comprehender que a vagabundagem, o alcoolismo e o gatunismo são molestias gravissimas do organismo social, e a pessima legislação quanto ao preparo dos processos a serem sujeitos ao Tribnual correcional, que se converteu em um pequeno jury, e teremos claramente exspostas as razães do fracasso dessa instituição entre nós.

A reforma idéada pela lei n. 930 consubstancia-se no seguinte: *a)* a constituição de um juizo criminal independente do juizo civel, com juizes e funccionarios proprios; *b)* a creação de um chefe para esse serviço, com amplas attribuições directivas e com a completa e integral responsabilidade; *c)* a constituição de uma repartição criminal e a consequente suppressão dos cartorios crimimaes, escripturação adequada, serviço por distribuição e disciplina sevéra; *d)* a organização de um tribunal togado, com uma larga competencia, funccionando normalmente tres vezes por semana; *e)* a simplificação do processo perante esse tribunal de modo a permittir o julgamento de muitos réos em uma sessão; *f)* emfim, a suppressão de muitos termos inuteis e formalidades dispensaveis no proprio tribunal do jury, procurando tornal-o uma instituição menos pesada e evitando o prurido de nullidades, que tanto quanto a sua nimia benevolencia tem desmoralisado esse instituto.

O resultado pratico dessas salutares medidas não se fez esperar. No periodo de cinco mezes, de Fevereiro a Junho deste anno, o Tribunal correcional julgou 112 réos,

condemnando 86, absolvendo 17, annullando 6 processos, archivando 1, julgando prescripto outro e lançando o auctor em mais outro.

Não podia, portanto, ser mais animador o resultado colhido, que veiu pôr fim a uma pratica que a necessidade impunha, de ser a policia obrigada a guardar toda a sorte de individuos, réos de pequenos delictos, cuja punição era impossivel obter.

O proprio jury, apezar de ainda não se ter feito uma conscienciosa revisão de jurados, sentiu os effeitos reflexos da acção moralisadora do tribunal correccional, tendo a justiça publica obtido condemnações em 16 processos dos 34 sujeitos ao seu julgamento em duas sessões consecutivas, emquanto que, durante o anno de 1904, em 26 réos sujeitos ao seu julgamento, só 6 puderam ser condemnados.

Já tive occasião em officio de agradecer aos Srs. desembargadores Gentil Biltencourt, Santos Estanislau, Augusto de Borborema e Augusto Olympio e Dr. Justiniano de Serpa, o grande exforço e dedicação que empregaram afim de corresponder á confiança que em bôa hora depuz em sua competencia.

Aproveito, porém, esta opportunidade, para de novo manifestar-lhes a minha gratidão pela obra patriotica que realisaram em beneficio do Estado.

Para facilitar a consulta aos que se occupam de negocios forenses, fiz publicar em volume, uma collecção de leis e decretos referentes á organização judiciaria do Estado e precedidos da Constituição estadual. Este volume tomou o titulo de -- *Leis usuaes do Estado do Pará.* »

*
* *

Ja vae longe o meu insulso discretear sobre o assumpto complexo, que bem merecera outra desenvoltura, capaz de o patentear em toda a magnitude do seu explendor aos olhos avidos do leitor curioso, a quem apraza por ventura o conhecimento espiritual dos varões illustres desta jovem Republica.

Sem outros estimulos que não sejam os da minha propria vontade, penso que realizei mediocremente o que melhor me sahira, se ao par do socego e recolhimento que me fallecem, outras fossem as luzes do meu entendimento e mais tempo me sobrara ao lavor litterario, ja de si bastante para o consumo de uma existencia.

Estou certo das muitas falhas que peioram a feição tosca deste trabalho someno, em que puz a minha sinceridade ao serviço da emoção, escravizando o conceito aos claros limites da verdade. Mas, se por um lado me pesa a certeza dessa convicção, consola-me por outro a justa esperança de que este livro, humilimo pelo auctor e relevante pela materia, viverá na lembrança carinhosa dos amigos de Augusto Montenegro, emquanto inspirar a justiça á espontaneidade dos sentimentos humanos.

Bem sei que a muitos parecerão demasiados os estos sinceros do meu ardor e talvez se ponha em dúvida a legitimidade dos meus sentimentos sobre o assumpto que tratei, claudicando na forma e tecetura das idéas, para assim caracterizar inconfundivelmente a feição estrambotica da minha originalidade. Esses porém constituirão o gremio

BUSTO EM BRONZE DE AUGUSTO MONTENEGRO

QUE LHE FOI OFFERECIDO PELO COMMERCIO

dos que me não conhecem, de cuja indifferença me felicito, como animal ingenitamente affectivo que sou, fundando porém a minha affectividade na selecção minuciosa desses predicados nobres e raros, que aproximam o homem da perfeição e que o desintegram, por assim dizer, a despeito de Darwin, dessa cadêa morphologica a que pertencemos eu e tu, leitor, minha victima, como retrospectivos irmãos dos infusorios.

A taes pouco me importa que lhes apraza ou não o manancial soporifero da minha narrativa, desviada por sua indole mediocre das altas espheras intellectuaes, onde voltejam em serenos remigios as aguias altivolas do pensamento.

Todos os meus escriptos, pelo rachitismo das expressões e anemia dos conceitos, destinam-se exclusivamente ao circulo generoso dos meus amigos, ao quaes nada me cumpre explicar poisque sobejamente conhecem em todos os actos da minha vida a independencia e a sinceridade quixotesca do meu explosivo caracter.

Cumpre-me antes, ao envez de taes excusas, penitenciar-me perante Augusto Montenegro do deslustre que lhe possa acarretar á notoriedade do seu nome a publicação deste livro, que se nada vale pelo que é, se salvará certamente pela intenção que o ditou.